

# SINDICATOS CONTESTAM MANOBRAS DE FIGUEIREDO



Sindicatos de trabalhadores metalúrgicos aprovaram a idéia de criação de um partido dos trabalhadores para lutar pela «efetiva libertação da exploração». Foi no congresso de Lins, interior de São Paulo, onde o encontro ainda está se realizando. Eles contestaram as manobras de falsas «aberturas democráticas» do governo Figueiredo, pois «não representam nem de longe o fim da exploração a que os trabalhadores estão submetidos» e «os ditadores tentarão novas formas de acaudilhar os trabalhadores para seus projetos políticos».

(Pág. 3)



*Este semanário está circulando desde dezembro todas as quintas-feiras em São Paulo. Nos demais Estados, vai para as bancas na sexta-feira.*

## EM TEMPO!

SEMANÁRIO NACIONAL — Cr\$ 15,00 — ANO 2 — Nº 48 — DE 25 A 31 DE JANEIRO

Um balanço de dez anos de atrocidades e perseguições contra os católicos:

# IGREJA NA MIRA DA REPRESSÃO POLÍTICA

Um dossiê de estarrecer: 7 assassinatos, 395 prisões, 12 seqüestros, 9 expulsões do País, 34 casos de tortura, 2 banidos, 75 intimados a depor, 29 bispos atingidos pela repressão, inúmeros processos, que na maioria resultaram em absolvição por falta de provas, censura a publicações e rádios, proibições diversas, falsificações, invasões de sedes, ataques difamatórios acusando religiosos como «comunistas, subversivos e agitadores». E a lista dos crimes do governo contra a igreja católica ainda está incompleta. Nas páginas 6 e 7 está o documento que acaba de ser divulgado, nos momentos que precederam a abertura do encontro de Puebla. A conferência dos bispos, na página. 8



**Em primeira mão: a atriz Ruth Escobar chega da Europa e anuncia conferência pela anistia em Roma**

(Pág. 12)



**Governo brasileiro é páreo duro: «Até Pinochet fornece passaporte aos exilados».**

O ex-deputado pernambucano Maurílio Ferreira Lima escreve da Argélia uma carta aberta ao Ministro Azeredo da Silveira.

(Pág. 11)



**Este é Teixeira, o pelego que a Oposição Sindical bancária de SP quer derrotar. Guerra nas urnas!**

(Pág. 5)



**Aureliano Chaves e Camilo Pena são os testas-de-ferro do imperialismo alemão no governo de Figueiredo.**

(Pág. 4)

## Esquadrão da morte ataca no Nordeste

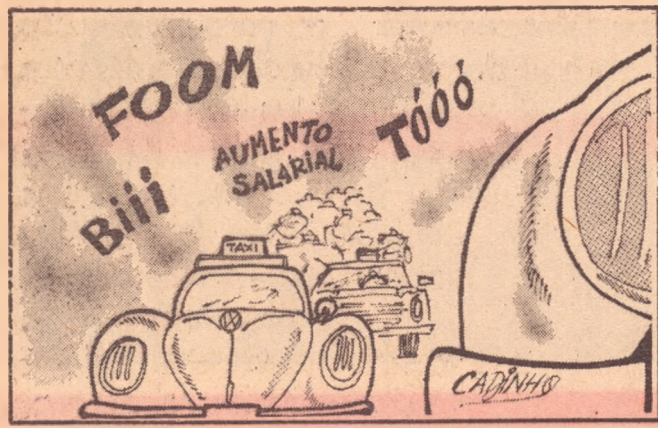
Pág. 12

## Movimento contra carestia vira samba no carnaval

Pág. 5



### Motoristas param e levam a melhor em Natal



Cerca de 70 motoristas e táxi de Natal quebraram o jejum em que vive a cidade e fizeram a primeira greve de que se tem notícias por estes lados desde os idos de 1968. O motivo, claro, foi o bolso: o prefeito Vauban Faria protelou mais uma vez o pedido de aumento feito em 1978 e o Presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Natal, Hermes Araújo, não moveu musculo para conseguir a majoração pedida pelos proprietários e motoristas de táxis, que não tinha índice definido.

A greve, que durou cerca de três horas, aconteceu na manhã do dia 12, logo após uma reunião na sede do Sindicato, quando os motoristas saíram à rua e, em frente à sede do Sindicato, decidiram entrar em greve. Em fila indiana, cerca de 70 motoristas de táxis dos 700 existentes na cidade, saíram buzinando pelas principais ruas da cidade. O ponto alto foi defronte ao gabinete do Prefeito, onde eles se demonstraram por alguns minutos buzinando.

No calor da movimentação, os motoristas decidiram que fariam outra greve — e maior — na segunda-feira, se até lá não fosse concedido o aumento nas tarifas que eles esperam desde o ano passado.

A Prefeitura, e o Sindicato preferiram não correr o risco. No dia 13, o Prefeito, os secretários de Finanças e Administração, o Diretor do DETRAN e o Presidente do Sindicato anunciaram a concessão do aumento, em torno de 50 por cento. A pressão com que o Prefeito concedeu o aumento foi denunciada quando, no anúncio do aumento, foi liberado o uso da bandeira 2 até que o decreto oficial corresse os trâmites normais.

Para os motoristas e proprietários de táxis, o saldo da greve foi substancial. Primeiro, ganharam o aumento desejado, fruto da pressão legítima que exerceram com simpatias, pelo menos, por parte da população; segundo: desmascararam finalmente o Presidente do seu sindicato.

O terceiro tento dos motoristas foi marcado diretamente contra o Presidente do Sindicato: solidificou-se uma nascente oposição que poderia, nas próximas eleições, derrubar Hermes Araújo, que se mantém na presidência há dois mandatos. Por fim, os condutores dos táxis natalenses descobriram que só mesmo com outro Presidente para mover o Sindicato: com o atual, nem assistência jurídica existe. (Osair Vasconcelos, de Natal)

### Favelados não querem mais ser roubados

As três mil pessoas que moram na favela da Maré, em Bonsucesso, Rio de Janeiro, estão reclamando dos preços cobrados pela comissão de Luz do lugar. Os moradores em abaixo assinado denunciam o presidente e o tesoureiro da Comissão e exigem providências imediatas das autoridades.

João Távora Chaves é o atual presidente, eleito há mais de dez anos, enquanto o tesoureiro é Severino Barbosa.

Os moradores denunciam que embora não exista nenhum contrato entre eles e a Comissão, quem quizer ter luz elétrica em casa deve pagar uma taxa de Cr\$ 750 para a instalação e mesmo assim eles têm que comprar o medidor e os fios de ligação entre os postes e as casas.

Os assinantes — mais de duzentos — reclamam dos exagerados preços cobrados por João Távora e Severino. Segundo eles, a média da conta de luz para uma casa de três bicos de luz e dois aparelhos elétricos (televisão

e geladeira) é de Cr\$ 650 mensais. Dizem os moradores que existem irregularidades no momento da leitura dos medidores, que é feita pelo presidente e pelo tesoureiro da Comissão.

Os moradores começaram a suspeitar de João Távora já há algum tempo. Eles contam que João Távora não tem emprego e, no entanto, tem dois carros, sendo um do ano.

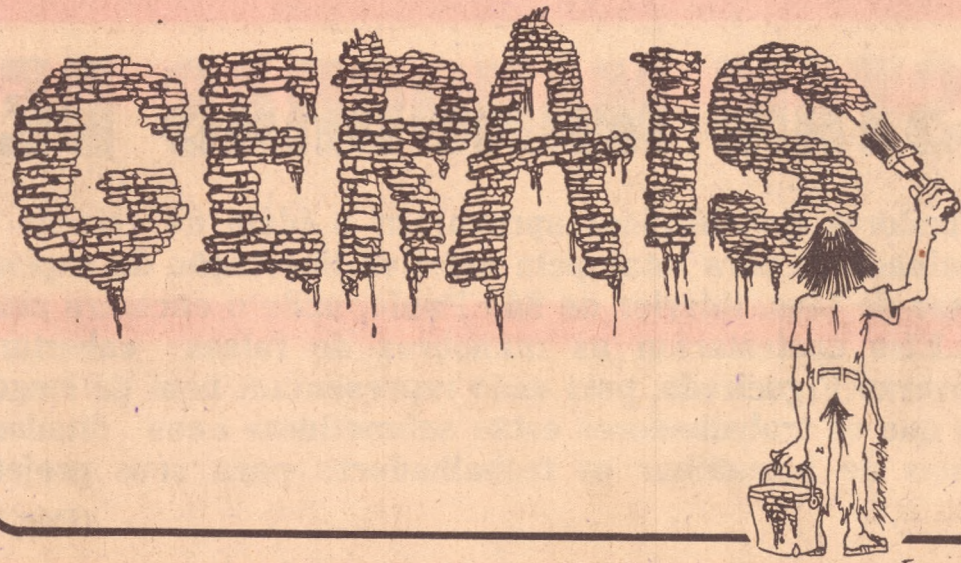
João Távora mora numa casa de dois andares, depois que assumiu a presidência da Comissão de Luz da favela da Maré. Antes disso ele morava num barraco e vendia tempero e sandália na feira. Todos os funcionários da Comissão de Luz são parentes do presidente e, do tesoureiro.

Os moradores estão dispostos a entrar com queixa-crime, denunciando as irregularidades cometidas pela Comissão.

Eles pedem às autoridades que a Light passe a controlar diretamente o fornecimento de luz, cobrando também diretamente a conta.

### RETIFICAÇÃO

No nº 46, Em Tempo errou: na página 4, ao caracterizar o autor do artigo Moderados, (coletividade e Constituinte, Jorge Fonseca, por um apelido (o Macarrão de movimento estudantil da Universidade Federal da Bahia), cometeu-se uma falta de informação. Na verdade, Jorge não participa do M.E. baiano há mais de um ano, e escreveu o artigo na qualidade de participante efetivo deste semanário, do qual é membro há quase dois anos. (Flaminio Fantini — editor de nacional)



### O feitiço contra o feiticeiro

«Se a direção da Beneficência nos convoca para greve a fim de receber do Inamps o que não lhe pertence, porque não é legal a gente fazer greve para receber o que é nosso?». Declarações como esta corriam à solta entre os funcionários da Beneficência Portuguesa, um dos hospitais mais antigos da capital gaúcha, durante a semana passada. A greve começou por iniciativa da direção do hospital, que acreditava ser esta a melhor forma de pressão para forçar o Inamps a pagar sua dívida. Esse, pelo menos, era o pensamento dos diretores, que nos primeiros dias do movimento grevista deram total abertura aos jornais e televisão, esperando uma grande repercussão.

A porta-voz da presidência da entidade, Valkiria Coutinho, chegou a percorrer todos os departamentos avisando quem não participasse da greve seria demitido, uma vez que o movimento tinha a cobertura do presidente David Teixeira.



Mas no momento em que a reivindicação não foi atendida pelo Inamps e foi instalada uma auditoria de contas no hospital, a situação se inverteu. «O feitiço virou contra o feiticeiro», auditoria constatou que era a Beneficência que devia ao Inamps e não o contrário. Com isso, nem os cartazes «Inamps tenha piedade de nós» serviu para convencer os funcionários, que percebendo a manobra entraram com reclamatória na Justiça do Trabalho. São mais de 203 empregados exigindo o pagamento dos salários desde novembro e o 13º

De imediato, a direção começou a reprimir o movimento, demitindo sumariamente cerca de 18 funcionários, inclusive os que davam declarações aos repórteres da imprensa local. Enquanto isso, na 10ª Junta de Conciliação do Trabalho, o juiz obrigava a pagar Cr\$ 187 mil para 45 empregados, restando 158 que aguardam o parecer judicial.

Descaracterizada a falsa crise financeira da entidade, os empregados retomam a greve clientes de que este será o único meio de receberem seus vencimentos.

### Petroleiros autênticos ganham sindicato

Tomou posse no dia 12 de janeiro a nova diretoria do Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais (SINDIPETRO-MG), eleita para o triênio 1979-81. A Chapa-1, bateu as chapas 2 e 3 nos dois turnos eleitorais, realizados nos dias 11 e 26 de dezembro, respectivamente.

O SINDIPETRO-MG tem 700 sócios e um dos objetivos prioritários da nova diretoria é a sindicalização de todos os petroleiros e a vinculação à categoria dos cem trabalhadores da usina de produção de álcool extraído da mandioca, uma subsidiária da Petro-

bras, localizada em Curvelo, Minas Gerais.

A nova diretoria do SINDIPETRO-MG se considera alinhada ao grupo dos sindicalistas operários que têm lutado pelas liberdades democráticas, pela completa liberdade de organização sindical, por livre organização dos trabalhadores nas fábricas, através de comissões de fábrica e de delegados sindicais eleitos, pelo direito de greve e de organização inter-sindical nacional, e, inclusive, pela organização político-partidária da classe operária.

Três dirigentes sindicais vieram de outros estados

para dar força à direção empossada no SINDIPETRO-MG. «Foi a primeira posse em que o Delegado do Trabalho e o representante da direção de empresa não participam da mesa, ficando na plateia», comentou um sindicalista.

Em todo o Brasil a petrobras emprega 52 mil trabalhadores, organizados em 13 SINDIPETROS, dos quais apenas cinco têm mantido uma linha de luta operária, contando-se entre estes o SINDIPETRO-MG que acaba de incluir o grupo dos SINDIPETROS combativos.

### Conquistando aumento e acuando os pelegos

No último dia 19, num pequeno auditório, no centro de Belo Horizonte, 88 dos 150 professores votaram e aprovaram o acordo salarial firmado entre o Sindicato dos Professores e o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Minas Gerais. Através do acordo serão beneficiados, além dos 15.000 mil associados (o maior sindicato da categoria no país), alguns milhares de não associados, os quais não tem direito a voto apesar de pagar pontualmente o imposto sindical. A partir de 1º de fevereiro os professores terão um aumento de 50% nos seus vencimentos e os salários aula-base aumentarão de 52 a 59%.

Durante a assembleia foram muitos os que se posicionaram contrários às manobras do Presidente do Sindicato, Everton Possas e inclusive denunciaram a diretoria do sindicato por não convocar os professores para discutir e participar da

campanha salarial. Nos anos anteriores os professores que faziam frente a atual diretoria pelega não conseguiram falar (a mesa caçava a palavra). Neste ano a coisa foi diferente. A organização de alguns mais combativos — desde dezembro culminou com uma carta-aberta, assinada por 320 professores, propondo à diretoria que assumisse a convocação de uma outra assembleia para o dia 25 de janeiro data em que muitos já teriam retornado das férias. Aí discutiram desde o índice salarial até a mudança do período da campanha para o ano letivo.

Tal solicitação, no entanto, não foi atendida e a diretoria do Sindicato continuou as negociações com os patrões. E como sempre, Possas veio bem preparado para a assembleia, sabendo conduzir de acordo com o seu propósito, que era a aprovação do acordo.

Se por um lado, ainda

dessa vez, o presidente do sindicato saiu vencedor, por outro ele teve também que engolir um sapo, uma vez que foi forçado a aprovar a formação de comissões salariais, a funcionar a partir de março, com autonomia e liberdade de decisão, assessoreadas pelo sindicato. E para mobilizar um número maior de pessoas que se dedicam ao magistério a primeira proposta tirada foi a de se batalhar por um abono de 20% a partir de agosto. Para esses professores, que estão se colocando à frente da luta as tarefas de engrossar as comissões e mobilização da categoria por um aumento salarial compatível com as suas reais necessidades são imediatas. «Venceremos, mesmo sendo professores e tendo uma diretoria com esta», parece ser a máxima dos professores mineiros.

(Haroldo Quintão)

Ponto de vista

## Arejar para não embolorar

**O presente e o futuro do jornal "Em Tempo".**

Por Prado Jr. (Paço)

Desde que surgiu a idéia de EM TEMPO, há quase dois anos, que tentamos fazer um jornal que atingisse amplamente um público oposicionista, principalmente um grande contingente de trabalhadores. O fato é que até hoje não conseguimos. E mais ainda, apesar das intenções iniciais de se fazer um jornal bem humorado, leve, de fácil leitura, permanecemos um semanário maçante, em que pese a melhora dos dois últimos números.

A que se deve tudo isto? Alguns fatores mais gerais contribuíram, como por exemplo o corte na tradição de imprensa popular (Brasil Urgente, Novos Ramos, Última Hora) de oposição imposto pelas restrições à liberdade de imprensa e as dificuldades infra-estruturais de um jornal da imprensa independente o que implica: falta de profissionais, de comunicações rápidas e funcionais e etc.

Mas certamente devemos buscar internamente as razões do porque não conseguimos até hoje colocar na prática aquela nossa vontade.

Aí vamos ter que passar pela nossa história. Quando EM TEMPO era ainda um projeto se pensava (corretamente aliás) que o nosso papel era «subsidiar ao nível das idéias a articulação da oposição mais consequente». Naquele momento da conjuntura uma parcela da oposição precisava de um veículo para trocar experiências de trabalhos práticos, para se conhecer na troca de opiniões, no debate político e ideológico, ou na prática comum.

#### Pecado original

Entretanto, junto com este papel de EM TEMPO vem seu pecado original: velho micróbio das elites oposicionistas: a mania de debater entre si e sem o parâmetro adequado: o povo e a conjuntura.

E EM TEMPO nunca deixou esta marca: um jornal de debate entre iniciados que aqui dentro eram conhecidos por nomes mais pomposos e variados: a parcela avançada da massa, a vanguarda social, a parcela mais consequente da oposição no movimento de massas e por aí adiante. Mas esta verbosidade não esconde nossa deficiência básica: falamos para um público restrito, praticamos uma política de seita, debatemos entre nós mesmos. Isto se manifesta:

Na linguagem: que é cifrada, cheia de siglas e termos que só os formados nos bancos da esquerda conhecem;

Na escolha de temas: privilegiados o interesse daqueles que são ativos no movimento de massas, sem entender que eles precisam de um veículo que fale com a maioria do movimento. Exemplo: quando falamos do movimento estudantil queremos saber o que a vanguarda acha sobre a «baixa» do movimento estudantil fato que tem pouco interesse para a maioria dos estudantes e nenhum para o grande público.

Nesse sentido estamos ainda atrás de nosso projeto jornalístico onde apontávamos a necessidade de falar ao público através, basicamente, de reportagens.

Mas não devemos parar aí. EM TEMPO agrupou nos momentos idílicos de sua formação o maior contingente oposicionista desde Opinião. Mas a inabilidade, o pouco amadurecimento e as asperidades de se colocar tão próximo pessoas com passados e visões futuras tão diversas levaram aquele conjunto a desagregar-se. EM TEMPO não fez inimigos, é fato, mas terminou

por deixar de compor amigos. A base do jornal se estreita conforme o tempo passa. Muitos pagaram para ver e hoje são poucos os oposicionistas que saúdam o jornal e quase nenhum que se entusiasma com o projeto jornalístico. Enfim, a grande maioria dos oposicionistas «passa bem obrigado» com ou sem este jornal. E isto para um veículo como EM TEMPO é na prática perder a finalidade de sua existência.

#### Sem ditar regras

EM TEMPO precisaria abandonar o seu ar de ditador de regras (e aí as pessoas precisam aprender que um jornal é principalmente informação e não espaço para passar suas opiniões sobre a conjuntura, e nos casos desesperados, sobre a estrutura da sociedade brasileira), precisa perder seu ar sisudo (e aí as pessoas precisam deixar de acreditar que seriedade é falta de humor) tem que entender que ter uma opinião forte que marque posições e venda jornais não é ter títulos e abertura de matérias chocantes e «esquerdistas», tem que também compreender que só se contrói as matérias do jornal a base de um trabalho demorado e paciente de coleta de informações e de sua exposição concisa, ponderada, leve e dirigida a um amplo público.

Creio que esta tarefa de remodelação do jornal é para todos nós, amigos, trabalhadores e ex-simpatizantes, o que de mais urgente temos a fazer. Recompôr a base social do jornal, transformar em realidade o projeto jornalístico esquecido (e que, reconheça-se, foi colocada melhor em prática pelo nosso primo, o jornal «Amanhã»), retribuir as funções internas do jornal, profissionalizando dividindo o trabalho internamente, de acordo com os padrões «burgueses» (conforme sempre apontou o companheiro Bernardo Kucinsky) criar editorias que possam acompanhar os assuntos de sua especialidade com informações novas e quentes ou com profundidade conforme o caso (hoje na prática temos apenas uma editoria única de nacional que congrega muita gente e que também por isso está longe de ser um padrão de eficiência), subsidiando ai de fato o conjunto dos oposicionistas.

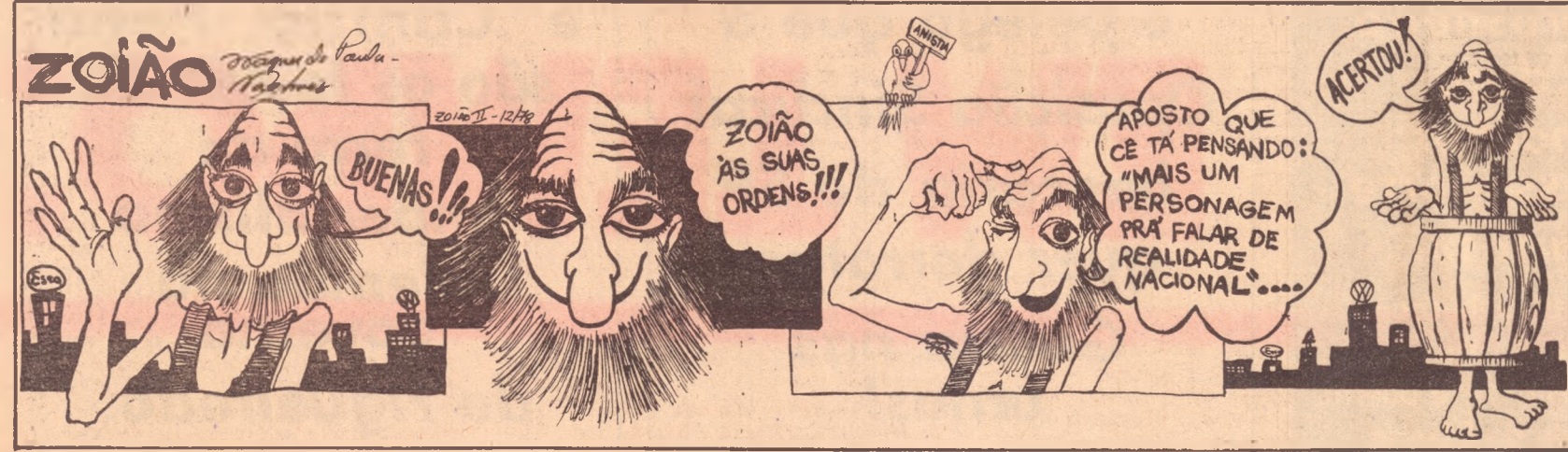
EM TEMPO precisa arejar, abrir, para não embolorar e fechar.

#### Novo tempo

Do ponto de vista político a mudança jornalística traz novo tempo no papel e no político do jornal. Na conjuntura a formação do jornal o papel era crucial: ao nível das idéias a articulação da oposição mais consequente, com um inevitável viés sobre o público que só poderia ser oposicionista.

Cabe hoje uma reflexão. Os oposicionistas precisam aglutinar o conjunto da população numa frente para por fim ao regime autoritário cujos limites políticos e ideológicos são claros: a defesa dos interesses populares. Entre os obstáculos para a formação dessa frente destacamos a inexistência de um instrumento capaz de servir a essas massas que não distinguem como procuram exatamente congruar a população nesta perspectiva. Este é o papel de EM TEMPO. E mais: é preciso ser um veículo que sirva à identificação dessas lutas particulares na formação de um todo orgânico capaz de por fim ao regime autoritário, tirar desta um saldo positivo para o povo.

Nesta perspectiva EM TEMPO muda politicamente porque centra sua luta contra o regime autoritário, subsidia a formação de um único movimento contra ele, e explode o seu conceito de lutar médio (o oposicionista) para passar em ter como horizonte de sua comunicação o simples e comum leitor.



## Assine EM TEMPO:

Nome ..... Profissão .....

Idade ..... Endereço .....

Bairro ..... Fone ..... Cidade .....

Estado ..... CEP ..... End. Comercial .....

Horário ..... Fone ..... Estou enviando o cheque nº .....

do Banco ..... em nome da Editora. Aparte S/A

Rua Bernardo Guimarães, 884. Lourdes. Belo Horizonte (MG) CEP 30.000.

Em São Paulo. Rua Mathews Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP)

CEP 05415, fone 853-6680.

Annual: Cr\$ 600,00 Exterior Annual: US\$ 90,00

Semestral: Cr\$ 350,00 Semestral: US\$ 50,00

**EM TEMPO:**

**CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO:** Aluisio Marques, Alvaro Caldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Carlos Tibúrcio, Cláudio Câmara, Emílio José, João Batista Mendes, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente), Sulpícios: Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini.

**DIRETORES:** Antonio de Pádua Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente), Secretário de Redação: Luiz Nadai.

**Produção e Secretaria Gráfica:** Paulo Roberto M. Borges. Editor-Geral: Jorge Baptista.

**EDITORIAS:** Nacional: Flaminio Fantini (editor), Antonio Espinosa, Antonina Silveira, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Fábio Munhos, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Flávia Resende, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio, Sami ra Zaidan, Sérgio Alli, Wilson Prudente. Internacional: Carlos Tibúrcio (editor), Carlos Eduardo Matos e Lionel Almeida (sub-editores), Aluisio José Montei-

ro, Altair More, Cecília Tompson, Cleide Onof, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lana, Marleneide Oliveira, Olga Matos, Suzana Rios, Virginia Pinheiro. **Suplemento Cultural:** Flávio Aguiar (coordenador), Antonio Espinosa, Inimar Santos, Maria Moraes, Marc Kehl, Valdez Amorim. **Arte:** Sérgio L. Papi (diagramação), Rita Marrigoni, Duto Bicalho, Sian, Martinez (ilustração), Ennio Brauns F., Jesus Carlos, João Roberto Martins F., Nelsi Andress (foto). **Arquivo e Pesquisa:** Antonio Alfredo S. Nunes, J. Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quinteiro, Silvestre Prado, Valdez Amorim.

**Revisão:** Alfredo Maria Camillo de Souza, Tomé.

**SUCURSALIS:** **Belo Horizonte** (R. Bernardo de Guimarães, 1884): Alberto Duarte (chefe da sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélis Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Viara, Ricardo Rabelo, Sérgio Asphan (redação), Mariza Araújo (administração). **Porto Alegre** (Av. Osvaldo Aranha, 1407 — loja 20): Ana Barros Pinto, Carlos Aveline, Gerson Schirmer, Etelânia Menezes, Sosa (redação), Adão Capa, Cláudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont. **Recife**: Antonio Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, (coordenação), Fred Navarro, Paulo Santos, Rebeca Scatrut, Alzira Medeiros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira (administração). **Rio de Janeiro** (R. da Lapa, 290 — sala 408): Adauto Neves, Alan Albuquerque, Antonio José Mendes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Bahia, Cláudio Câmara (Júlio Cardoso), Clotilde Hasselmann, Fernanda Coelho, Jaimir de Mendonça, Jorge Ricardo Gonçalves, Luis Meireles, Ligia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Araújo Reis, Margarida Aulran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Suelli Caldas. **Salvador** (Av. Sete de Setembro, 202 — sala 501): Adelmio Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Odauck Miranda, Lina Maria.

**SCRITÓRIOS:** **Aracaju** (SE): David Dantas. **Campinas** (SP): Rivaldo Barros.

**Fortaleza** (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araújo (redação), Daniel Santos José Saraiva Jr., Vinício de Araújo, (administração) e distribuição). **João Pessoa** (PB): Aurelio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos (saldo RN), Cicero Correia, Francisco de Assis.

**ADMINISTRAÇÃO** (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Elvira Oliveira, João Carlos, Jemal, Jesus, Jureia. Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Luis Alberto Marcondes Picuna (São Paulo), Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte), Adelmio Oliveira (Salvador). Diretor-Responsável: Robinson Ayres.

**EM TEMPO** é uma publicação da Editora Aparte S/A — Rua Bernardo de Guimarães, 1884 — Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Mathews Grou, 57 — Pinheiros (São Paulo) — CEP. 05415 — Telefones: 280 4759 e 853-6680.

Distribuidores: Diários Associados e Super Bancas. Composto e impresso nas oficinas dos Diários Associados. Rua sete de Abril, 230, São Paulo, S.P.



EDITORIAL

O discurso de Figueiredo

## Promessas, promessas, promessas...

João Bitar



Figueiredo prometeu mundos e fundos ao anunciar o seu «staff» ministerial. Num estilo que lhe é próprio, reduziu a democracia a uma questão de jura e foi mais além: pretende apagar o passado com uma esponja, como se estes quase 15 anos de torturas, de assassinatos políticos, de fechamento de sindicatos, de cassações, de censura e de supressão das liberdades públicas não tivessem existido e pudessem ser apagados da memória de um povo cujas condições de vida foram extremamente agravadas por este mesmo regime. Mas deixemos a retórica presidencial de lado, pois como já dizia o prefeito de «Chico City» palavras são meramente palavras, nada mais do que palavras.

O projeto «democrático» de Figueiredo já pode ser vislumbrado na primeira mercadoria que ele está expondo à praça: um simulacro de anistia — eufemisticamente chamada de anistia parcial — onde não são garantidos os direitos plenos dos agraciados pela benevolência presidencial e onde só uma parcela dos opositores, vítimas dos atos repressivos podem ser beneficiados. Isto é, uma anistia à la Dinarte Mariz, até bem pouco expressão da linha dura no parlamento, que, tal vez por humor negro, resolveu assumir a sua paternidade no Congresso. Mas não ficará apenas nisto, garantem os arautos da conversão da ditadura em uma democracia, que, a exemplo de Petrólio Portela, falam na extinção do senador biónico e na volta das eleições diretas para governador.

A magnanimidade é só aparente, pois no resto, tudo vai continuar na mesma. A convocação de Assembleia Constituinte com a garantia de todos os seus pré-requisitos, a liberdade sindical e partidária, o direito de greve, a anistia ampla, geral e irrestrita, o desbaratamento de todos os aparelhos de repressão, com a consequente punição dos torturadores, não fazem parte dos planos de Figueiredo e seria de estranhar que o fizessem, pois seria acreditar que o lobo se transformou em cordeiro.

Ainda que suas «concessões» políticas sejam em parte decorrentes da profunda insatisfação popular — pois já não é possível mais fazer ouvidos de mercador aos reclamos populares de uma anistia ampla e irrestrita e ignorar que há um profundo repúdio ao processo de eleição indireta — não é, principalmente, o povo que Figueiredo pretende conquistar com as suas dádivas. A sua proposta de «conciliação» volta-se, sobretudo, para aqueles que, no exercício de sua pusilanidade, pedem agora um voto de confiança para o herdeiro de Geisel. Ou seja, busca Figueiredo arrebatar as ovelhas desgarradas que abandonaram o regime militar mas que se mostram sensíveis a uma nova adesão, desde que haja um mínimo de concessão.

Para as camadas populares, a política continuará sendo a mesma: pau nas costas delas e aí está a repressão à greve dos motoristas no Rio de Janeiro que não deixa margem para ilusão. As greves continuarão sendo consideradas ilegais e se necessário for, até o Exército irá às ruas para reprimi-las. Se isto não resolver, decreta-se a situação de emergência, fecha-se sindicatos, prende-se as lideranças sindicais e apela-se para os organismos de repressão e torturas que estarão aptos a saírem da regra três. Isto é, para as camadas populares, o governo de Figueiredo será apenas o prolongamento da ditadura sob novas condições.

No plano social o discurso presidencial também deixa claro o que vem por aí. É como explicitou o futuro Ministro da Fazenda: a política é a de apertar os cintos, ou seja, será através do arrocho salarial que se tentará conseguir a meta do controle da inflação. Não há menor expectativa de se vencer o desemprego e não haverá o menor esforço para se resolver graves problemas das camadas populares, como a questão da moradia, de transportes e de saúde. Para os trabalhadores, Figueiredo repete a velha cantilena de que é necessário sacrifícios e mais sacrifícios.

Em troca, ele muda a música para os empresários e acena com uma guloseima: promete privatizar algumas empresas estatais, absorvendo assim reivindicações de empresários desgarrados e tentando com isto obter uma vitória política no alastramento das bases sociais de um regime em decomposição. E se algum grupo econômico entrar em crise, o Estado está aí para isto mesmo. É só repetir o remédio aplicado na Lufalla ou realizar negociações que se convertem em escândalo nacional como aconteceu com a compra da Light. Para a dívida externa, que soma 40 bilhões de dólares, existe um elixir eficaz: a venda da floresta amazônica.

E mesmo na agricultura, transformada pela «staff» ministerial na galinha dos ovos de ouro, já se pode antever o que irá acontecer no Governo Figueiredo. Vão proliferar projetos tipo o Jari, com a penetração do grande capital na agropecuária, vai se estimular a exportação de determinados produtos e a industrialização sofisticada de outros bens agrícolas. As massas camponesas que hoje são expulsas de suas terras por grileiros e grandes empresas agrícolas em nada se beneficiarão de tal política e de pouco adiantará o seu lamento, pois a angustiante questão da terra não sensibiliza o futuro Governo, como já deixou claro o mago Delfim Neto, para quem a reforma agrária «é coisa de economista desocupado». Em outras palavras: a política agrícola de Figueiredo pode ser resumida no axioma «para o grande capital tudo, para os camponeses nada».

E se nada mais restasse, basta olhar para o Ministério de Figueiredo, uma espécie de certificado de garantia para o grande capital e um aval para grandes escândalos. Em sua equipe ele conseguiu concentrar não só os ministros de Geisel, acusados de corrupção, como reforçou o time com Delfim, Andreza e Elizeu Resende, ex-ministros de Médici de igual ou pior naipe. Com esta «staff» é até piada falar em austeridade.

# Sindicatos engatilham o lançamento de um partido político

Será dentro de dez dias a divulgação da carta de princípios da nova agremiação, articulada pelos sindicalistas autênticos, segundo revelou Henos Amorina, dirigente metalúrgico de Osasco, na última terça-feira. Aqui, um relato dos primeiros dias do Congresso metalúrgico de Lins em São Paulo, que mostram conclusões bastante contraditórias no que toca aos interesses históricos dos trabalhadores.

Por Julio de Grammont

Os delegados dos sindicatos do Estado de São Paulo aprovaram no Nono Congresso dos Metalúrgicos, realizado na cidade de Lins a criação de um partido dos trabalhadores, porque entenderam que hoje não há possibilidades de se confiar nos dois partidos existentes. Os delegados concluíram ainda que a «história tem mostrado que o melhor instrumento com o qual o trabalhador pode travar essa luta é o seu partido e que por isso os trabalhadores, ao organizar esse partido, que englobe todo o proletariado, lutam por sua efetiva libertação da exploração».

Com isto os sindicatos de São Paulo, representando mais de um milhão de metalúrgicos entraram na luta pela construção de um partido dos trabalhadores. Porém a grande dúvida que restou dos debates ainda se concentra no caráter político que deve ter esse partido.

Benedito Marcilio, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, entidade autora da tese, declarou no transcurso do Congresso que o bipartidarismo não satisfaz os interesses de todos os segmentos da sociedade brasileira porque mantém um regime de arbítrio. Disse ainda que o MDB é uma frente de oposição que congrega todas as tendências com participação, inclusive, de patrões. No entender de Marcilio, todos os segmentos da oposição devem continuar a sua luta no sentido de conquistar a democracia plena através do chamamento a uma Assembleia Constituinte. Ele deixou claro que o partido dos trabalhadores deverá surgir das necessidades das bases com um programa feito sem a interferência dos patrões em condições de ser governo no país. Por outro lado, ele acha que é necessário que todos os componentes dessa frente de oposição continuem a luta por liberdades democráticas; com uma anistia ampla, geral e irrestrita; com uma Constituinte que tenha a participação de todos os segmentos da sociedade. Marcilio sugeriu a criação de uma Comissão que deverá organizar representantes de outros estados para discutir os estatutos e programa e que deverá, na sua opinião, ter uma linha com princípios socialistas.

## Joaquim: pela social democracia

Ao contrário da filosofia do partido proposta pelo sindicato de Santo André, Joaquim dos Santos Andrade, acusado frequentemente de «pelego», declarou-se favorável à formação de uma entidade política semelhante ao Partido Social Democrata Alemão que, segundo ele, mantém a garantia da propriedade privada dos meios de produção «mas assegura aos trabalhadores maior participação no planejamento da economia». Joaquim, mais uma vez, se declarou contrário à proposta do controle da economia pelos trabalhadores organizados em partido político, para ele «isso ainda é utópico, coisa que não vai existir no Brasil». Mesmo alegando que não poderia citar nomes possíveis integrantes de seu partido, Joaquim lembrou alguns que gostaria de ver incluídos em sua agremiação como o ex-deputado Faria Lima (Arena-SP) e do atual deputado Israel Dias Novas (MDB).

Por outro lado, Luiz Inácio da Silva, o Lula de São Bernardo, achou que a aprovação da criação de um partido dos trabalhadores foi o melhor acontecimento. Lula, que algum tempo vem defendendo a campanha pela criação do partido, difere radicalmente da linha doutrinária do partido defendido por Joaquim dos Santos Andrade. Por outro lado, sem deixar clara a sua visão de partido, Lula dá a entender que deverá seguir os princípios socialistas.

Já o presidente do sindicato de Osasco, Henos Amorina, que vem apoiando a ideia do partido ao lado do Lula declarou, no meio da semana que em 10 dias já estará pronto o programa do partido dos trabalhadores.

Na verdade, a luta pelo partido dos trabalhadores que será levada aos metalúrgicos do estado e de todo o Brasil não será tão simples assim e é quase certo que não haverá unidade no encaminhamento dessa luta. Todos querem o partido, porém já existem pelo menos 3 concepções diferentes, claramente definidas e inconciliáveis.

## Comissões de fábrica rejeitadas

Uma tese apresentada pelos delegados de São Bernardo defendia a urgência da criação de comissões de fábrica «que surjam da iniciativa e criatividade dos trabalhadores dentro da empresa, em torno de seus problemas específicos»: «as comissões, bem organizadas deverão revolucionar o sindicalismo no país e assumirão o papel vanguardista nas lutas operárias. Porém, não poderão representar qualquer tipo de sindicalismo paralelo que comprometa o princípio da unidade. O papel das comissões é tornar o sindicato presente e atuante onde estiver o trabalhador e seus problemas».

Dizia ainda o texto: «a organização dos trabalhadores é vital para obtenção das transformações que queremos. Esta organização entretanto nunca será uma doação do Estado e será dificultada, ao máximo, pelas classes patronais. Já sabemos que temos força e que unidos somos praticamente imbatíveis. Nossa força potencial deve ser transformada em força real. Organizar os trabalhadores significa incorporar um número cada vez maior de companheiros e companheiras à frente das lutas de nossa classe. Significa, ainda, esclarecê-los e lhes dar a medida exata de sua força e de seu significado político e social como classe».

Depois de assinalar que as greves de 1978 deixaram bem patenteado o fato de que

somente a partir das fábricas é possível a efetiva organização dos trabalhadores, esta tese de São Bernardo concluía: «todos nós devemos nos penitenciar de uma atuação que não levou na devida conta esta realidade».

A proposta concreta era que o congresso aprovasse uma campanha, a nível estadual, a ser desenvolvida pelos sindicatos, com a assessoria da Federação, «pela instituição e reconhecimento das comissões de fábrica», baseadas nos seguintes princípios:

1. que as comissões sejam escolhidas por assembleia da empresa e que qualquer trabalhador possa ser escolhido para integrá-las;
2. que os trabalhadores, no sindicato e dentro das empresas, lutem para conseguir estabilidade, representação, informação e mobilidade dos companheiros das comissões e para que eles tenham locais próprios para reunião, divulgação de material informativo, horário disponível, etc.;
3. que os membros da comissão sejam destituídos, individualmente ou coletivamente, por assembleia de empresa, desde que não cumpram satisfatoriamente suas funções;
4. que as comissões, assumam a negociação das reivindicações com o empregador, contando com assessoria do sindicato, cabendo a decisão final à assembleia da empresa;
5. que os sindicatos promovam cursos permanentes de capacitação sindical, visando a preparação dos quadros necessários à formação das comissões de fábrica;
6. que nos acordos, convenções ou dissídios coletivos seja exigido o reconhecimento das comissões e estabilidade para seus membros.

Entretanto, este ponto de vista de São Bernardo, semelhante ao de diversos outros sindicalistas presentes, não foi acatado pelo congresso. Prevaleceu uma visão bastante atrasada da participação dos operários no interior das empresas, ou seja, não deve existir comissão de fábrica, mas sim os delegados sindicais, indicados pela diretoria dos sindicatos. Este aspecto é importante pois a organização no interior das empresas é vital para o crescimento independentemente do movimento operário. Por outro lado, não houve por parte do próprio Lula uma cobrança mais eficaz quanto à aprovação da tese do seu sindicato.

## Defesa do pequeno e médio empresário

Na comissão de economia os congressistas aprovaram uma tese para ser defendida na reunião plenária que propaga a ideia de ajudar a pequenas e médias empresas nacionais através de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE, com taxa de juros mais baixas. A tese foi apresentada por delegados do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo baseada na argumentação do fortalecimento do mercado interno. Sugerem ainda a reformulação da orientação da política econômica, descentralizando o desenvolvimento econômico para toda a extensão do território nacional. Apesar de aprovada, não deixou de ser criticada na reunião com sendo uma ajuda dos trabalhado-



Emílio Bragança

## A tese de Santo André sobre o novo partido

Enquanto vivermos sob o capitalismo, este sistema terá como o fim último o lucro e para atingi-lo se utiliza todos os meios: da exploração desumana de homens, mulheres e crianças até a implantação de ditaduras sangrentas para manter a exploração. Enquanto estiver sob qualquer tipo de governo de patrões, a luta por melhores salários, por condições dignas de vida e de trabalho, justas a quem constrói todas as riquezas que existe neste País, estará colocada na ordem do dia a luta política e a necessidade da conquista do poder político.

A história nos mostra que o melhor instrumento com o qual o trabalhador pode travar esta luta é o seu partido-político, por isso os trabalhadores têm que organizar os seus partidos que englobando todo o proletariado lutam por efetiva libertação da exploração. Hoje, diante da atual conjuntura política, econômica e social que vive a sociedade brasileira essa necessidade com o peso de sua importância se faz sentir.

O regime militar instalado no País há 15 anos começa a se mostrar para os seus próprios mentores como uma forma inviável e insuficiente dos patrões continuarem a explorar a imensa maioria da população brasileira. As aberturas democráticas que estão se delineando não representam, nem de longe, o fim da exploração a que os trabalhadores estão submetidos, ao contrário, os ditadores tentarão utilizar novas formas de acaudilhar os trabalhadores para seus projetos políticos. Isto coloca na ordem do dia a articulação de uma saída para esta situação. Fazer isso é lançar-se na luta pela independência política dos trabalhadores que se expressa na construção de seu partido. O MDB hoje, o único partido legal da oposição no Brasil, pela sua composição heterogênea não pode cumprir este papel. Combinam-se, portanto, a necessidade da construção de independência política dos trabalhadores com a necessidade de um instrumento de luta pela conquista do poder político. E é levando estas discussões para as bases que devemos nos lançar no trabalho da construção desse partido.

Crentes que já é hora do trabalhador tomar em suas mãos as lutas pelas

questões que hoje angustiam a população brasileira como a Anistia Ampla, geral e irrestrita, a Assembleia Constituinte democrática, livre e soberana, a reforma agrária, liberdade partidária.

Crentes que toda a modificação nas regras do jogo que venham a favorecer os trabalhadores só serão possíveis com a conscientização e mobilização dos próprios trabalhadores para que eles juntos forcem essa modificação propomos o seguinte:

1) total desvinculação dos órgãos sindicais do aparelho estatal, ponto fundamental para o desenvolvimento da vida sindical;

2) democratização dos sindicatos, que os órgãos sindicais se pautem em seu funcionamento pela democracia operária que a todos assegura o direito de em igualdade participar das lutas e das decisões;

3) que se lance um manifesto, por este congresso, chamando todos os trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção de seu partido, o Partido dos Trabalhadores;

4) que este partido seja de todos os trabalhadores da cidade e do campo, sem patrões, um partido que seja regido por uma democracia interna, respeite a democracia operária, pois só com um amplo debate sobre todas as questões, com todos os militantes é que se chegará à conclusão do que fazer e como fazer. Não um partido eleitoireiro que simplesmente eleja representantes na Assembleia, Câmara e Senado, mas que além disso e principalmente seja um partido que funcione do primeiro ao último dia do ano, todos os anos, que organize e mobilize todos os trabalhadores na luta por suas reivindicações e pela construção de uma sociedade justa sem explorados e exploradores;

5) que seja eleita neste congresso uma comissão que junto com todos os outros setores, que embora ausentes, também estão interessados na construção desse partido, amplie os contatos e comece a encaminhar essa luta nacionalmente em discussões com as bases, iniciadas desde já, que essa comissão fique encarregada da redação de um manifesto aos trabalhadores brasileiros chamando à construção do partido dos trabalhadores, proposto no terceiro ponto.

## Reforma Agrária

Os delegados aprovaram também uma tese que propõe uma mudança radical na estrutura agrária. A tese foi defendida pelo Sindicato de Santo André que sugere o encaminhamento de um pedido ao Congresso Nacional solicitando aos legisladores modificações necessárias, inclusive na Constituição Federal, para assegurar uma efetiva e radical reforma agrária, fundamentando-se nos seguintes pontos:

a) desapropriação de todos os latifúndios improdutivos;

b) distribuição de terras a todos os camponeses e fornecimento de todos os meios de defesa necessários à sobrevivência;

c) fornecimento de crédito objetivando tornar as terras produtivas;

d) proibição total de venda dos produtos da terra aos atravessadores;

e) construção de silos e armazéns em todo o território nacional;

f) que se assegure preços justos a produção rural e rendas suficientes e acesso a um nível de vida superior ao camponês e suas famílias.

A seguir, um resumo de outras teses aprovadas preliminarmente nas comissões:

**Sobre distribuição de renda e desenvolvimento econômico e social.** (Sindicato de Santos): propõe que a forma mais correta de distribuição da renda é através dos salários e para tanto são necessários liberdade e autonomia sindical além de uma política de salário mínimo nacional que possibilite condições adequadas de sobrevivência do trabalhador e sua família.

**Sobre distribuição de renda e desenvolvimento econômico e social.** (Sindicato de São Caetano do Sul): propõe maior dotação orçamentária para educação, objetivando exclusivamente maior número de escolas públicas em todos os graus, em todo o território nacional; aumento do número de escolas profissionais em todo o território nacional; gratuidade do material escolar subsidiado através de fundo constituído por uma parcela do lucro das empresas.

**Sobre o Programa de Integração Social:** propõe que a gestão do PIS seja feita através do sindicato através de órgão técnico de sua confiança; que a arrecadação do PIS seja acrescida em 10% do faturamento das empresas, sendo esta arrecadação adicional distribuída trimestralmente aos trabalhadores de forma inversamente proporcional ao salário recebido.

**Sobre Plano de Habitação** — (sindicato de Sorocaba, São Caetano e Santo André): propõe a construção de moradias padronizadas em oferta aberta ao trabalhador que poderá adquiri-la sem comprovação de renda familiar; garantia ao trabalhador da suspensão do pagamento das parcelas, juros e correção monetária nos casos de desemprego e doenças regularmente comprovadas; isenção tributária sobre a casa própria do trabalhador enquanto financiada; permissão de construção de casa própria com área igual ou inferior a 100 metros quadrados, não importando o tipo de construção, com isenção da contribuição social.

**Sobre indústria nacional** — (Sindicato de Santos): propõe que o trabalhador participe da execução de todos os planos que lhe dizem respeito direta ou indiretamente; que o desenvolvimento social deve atingir todas as regiões do território nacional; que a política econômica deve favorecer as necessidades do mercado interno (favorecer os consumidores) 4) que se denuncie todas as medidas que venham favorecer o capital multinacional em detrimento dos interesses nacionais; que se dê preferência ao transporte hidroferroviário.

**Sobre Indústria Nacional** — sindicato de Laranjal Paulista — propõe a fiscalização mais efetiva por parte dos órgãos controladores da poluição e a preservação da selva amazônica.



**Denúncia: Minas, crescimento econômico e miséria social**

Eis o que explica a escolha de um «civil» para a vice-presidência da República e a indicação de seu assessor para o Ministério da Indústria e Comércio

# Aureliano e Camilo Pena, os testas-de-ferro do imperialismo alemão.

A imagem de Minas Gerais como um estado bucólico, recatado, pacato e caipira foi jogada na baú das recordações. Nos últimos anos, a terra das alterosas virou o «novo Eldorado» das empresas multinacionais, que fazem uma verdadeira corrida às mamatas oferecidas pelo governo para que lá se implantem e colham bons frutos, às custas dos trabalhadores. É o que o provincianismo batizou de «o milagre mineiro», o último suspiro do seu irmão nacional, «o milagre brasileiro». Agora, com a sub-

da de Aureliano Chaves e Camilo Pena para dois postos importantes no «staff» do general Figueiredo, confirma-se que os grandes grupos capitalistas alemães estão interessadíssimos no país e procuram garantir seus esquemas de transar influências no próximo governo federal. E nessa jogada dos grandes interesses dos poderosos artesãos do imperialismo, os trabalhadores estão destinados a mais uma vez ficar a ver navios, sustentando com sua pobreza crescente o enriquecimento das multinacionais.

**Do sucursal**

A escolha do engenheiro João Camilo de Oliveira Pena para ocupar a pasta da Indústria e Comércio, no novo Ministério do general Figueiredo, anunciado oficialmente na última sexta-feira, nada tem de mero compadrio do ex-secretário da fazenda de Minas com o futuro vice-presidente Aureliano Chaves, como se o ex-governador do estado estivesse abocanhando o seu quinhão na divisão das mordomias federais e levando seus amigos para curtir as facilidades do poder em Brasília.

A verdade é que na jogada estão envolvidos poderosos interesses do imperialismo alemão, que consegue assim garantir pelo menos dois postos-chaves no governo Figueiredo. Por outro lado, a indicação de Camilo Pena expressa o fortalecimento da política de abertura crescente de comportas ao capital estrangeiro em geral, modelo econômico implantado também em Minas com muito sucesso nesta década.

**O entreguismo avança**

Em sua edição desta semana, o *Relatório Reservado*, boletim de circulação restrita ao empresariado, trás uma pequena entrevista em off-the-records com um técnico de empresa estatal com larga experiência na administração pública e particularmente na política industrial, bastante comprovadora das vinculações tecnocratas de Minas com o esquema empresarial alemão.

Ele resolveu fazer uma investigação por conta própria acerca da vinda em bloco de capitais alemães para o Brasil, particularmente em Minas, das quais a Krupp é um exemplo. O grande interesse em entrar no nosso mercado tinha motivos mais fortes que a simples possibilidade de realizar bons negócios: «impedida pelos Estados Unidos de avançar etapas no seu programa nuclear e sem base territorial para uma expansão industrial mais ampla, a Alemanha tinha decidido usar o Brasil para assegurar matéria prima e fôlego», explicou o técnico.

Mas para sustentar um programatão ambicioso, seria necessário aos industriais alemães um poderoso lobby com grande força de pressão, principalmente junto ao governo, para abrir as portas que estivessem fechadas e mesmo para enfrentar os interesses, eventualmente contrários, de outras empresas de outros países que, por estarem no Brasil há muito tempo, com posição garantida no mercado, já defendiam até teses nacionalistas.

As investigações do técnico que deu a entrevista conduziram a uma confirmação junto a executivos alemães no Brasil que abriram: «o homem-chave de todo o esquema é o Aureliano Chaves; é nele que os alemães estão investindo. (Ver box 1).

Com o Ministério da Indústria e Comércio nas mãos, os tecnocratas mineiros assumem o comando direto da política siderúrgica — essencial para garantir a execução dos projetos da Açominas, Mendes Júnior e o estágio IV da USIMINAS —, poder de decisão sobre o conjunto da política industrial, via CDI, STI e INPI, e ainda ganharam, de quebra, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, até agora um dos principais obstáculos às composições entre Minas Gerais e grandes grupos alemães.

**O milagre mineiro**

Os lances iniciais de toda esta trama podem ser buscados no início da década de 70, quando começou o que no linguajar provinciano se chamou de «milagre mineiro». O processo de acumulação de capital do país exigia uma nova redefinição da divisão do trabalho entre regiões geográficas do país, na qual Minas aparece como área promissora. Para isto contribuiu o saturamento do eixo Rio-São Paulo e a disponibilidade de recursos do capitalismo mundial, com sua disposição para efetuar investimentos diretos e facilitar empréstimos.

A emergente tecnocracia mineira aproveitava a situação histórica e tenta legitimá-la institucionalmente, utilizando-se para isso de uma série de mecanismos, entre eles o instrumento financiador da industrialização: a lei 5.261, de setembro de 1969, melhor conhecida como lei dos incentivos fiscais. A promoção industrial se articula, trabalhando



Aureliano

conjuntamente tecnocratas do Banco de Desenvolvimento, Centrais Elétricas, Conselho de Desenvolvimento Industrial e Conselho Estadual de Desenvolvimento, hoje Secretaria de Planejamento. (Ver box 2).

Em 1977, os resultados atingidos por esta estratégia de crescimento econômico já podiam ser medidos, com muito ufânismo, pelo então governador Aureliano Chaves, herdeiro e implementador, ao mesmo tempo, de toda a política. O Produto Interno Bruto naquele ano registrou a taxa de crescimento de 11,1%, contra 9% do ano anterior.

Isso representava, no mesmo período, mais do dobro do crescimento do PIB nacional, ficava bem acima do dinamismo de São Paulo (6%) e superava o crescimento do Nordeste, estimado em 8%. O boom das alterosas era alardeado tanto quanto o foi o «milagre brasileiro» do general Garrastazu Médici e de Delfim «reposição salarial» Neto. «A economia mineira se moderniza a passos crescentes», destacou certa vez Aureliano Chaves. Nas proezas do estado, há destaque para a produção de aço, ferro ligas, alumínio, zinco, cimento, minério de ferro, látex e outros. Tudo resume-se numa taxa de crescimento da economia de 11,2% ao ano na década de 70.

O santo deste milagre era muito semelhante ao do outro milagre, ou seja, uma política a serviço dos grandes grupos econômicos, com as seguintes diretrizes: industrialização a qualquer custo; abertura das porteiras da economia ao capital estrangeiro; geração de uma infraestrutura econômica básica por parte do estado e de benefícios de toda a natureza, de modo a atrair com mamatas os grandes grupos multinacionais; política salarial desumana de exploração ao máximo da grande massa assalariada, garantida pelos instrumentos de exceção da ditadura; aumento do processo de concentração da renda, como forma de dar sustentação a uma demanda seletiva compatível com a diversificação da produção induzida pelas empresas multinacionais. (Ver box 3).

A estrutura produtiva da economia mineira realmente vem se transformando sob a batuta das empresas estrangeiras, jogando para o baú das recordações a imagem surrada de um estado bucólico, recatado, acato e caipira. A empresa privada nacional vai sendo cada vez mais encurralada nos setores tradicionais da economia, nos quais a tecnologia é mais simples e não constitui campo de interesse do imperialismo.

**O novo Eldorado das transnacionais**

Minas constitui-se hoje no novo Eldorado das empresas transnacionais, como demonstram fartamente as estatísticas.

Das 185 maiores sociedades anônimas industriais, com sede no estado, em 1976, as empresas estrangeira já participavam com 20,1% do imobilizado líquido. Acrescenta-se a isso que a distribuição setorial dessas empresas, concentra-se nos setores dinâmicos da economia que comandam o processo de acumulação, tais como mecânica, material de transporte, material elétrico, química, metalurgia e outros.

Considerando-se as 156 principais sociedades anônimas de Minas, o capital estrangeiro domina o setor dinâmico com 40,9% do patrimônio líquido. Para o setor tradicional, pouco atraente, a participação estrangeira no patrimônio líquido é de apenas 4,7%.

E mais. Dos 451 projetos decididos para o estado no período 70/77, os investimentos externos atingem a 20,3% do total contra apenas 16,3% dos investimentos privados nacionais. Nada menos que 92% dos investimentos externos, num total de 80 projetos foram dirigidos para os setores produtivos mais dinâmicos. Somente 12 projetos de empresas internacionais foram para os setores tradicionais, muito provavelmente em condições oligopolíticas ou quase monopolísticas. Do total dos investimentos decididos, os investidores estrangeiros respondem por 80,2% dos investimentos no ramo mais importante da economia, e de bens de capital, contra apenas 10% do investimento nacional público.

Trata-se de uma verdadeira olimpíada do poder econômico internacional, uma corrida desenfiada com origem em várias partes do mundo. Num total de 73 projetos listados pela Comissão de Desenvolvimento Industrial, observa-se que os Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Itália e Suécia, lideram a maratona, com 40 projetos ou 55% dos investimentos feitos no período. Só os norte-americanos impataram 21 projetos, totalizando 29% dos investimentos, assumindo assim a posição central, na qual a Alemanha Ocidental e a Itália, preenchem o segundo e o terceiro lugares, respectivamente. Também, a preferência pelos setores dinâmicos — bens intermediários e bens de capital, refletem bem que este processo é orientado de fora para dentro, estabelecendo-se uma situação de dependência consciente frente ao poder econômico internacional. Assim, o domínio da tecnologia, associado à predominância de seus investimentos nos «setores de ponta», permitem às subsidiárias das multinacionais impor ao estado uma forma de acumulação econômica que mais lhe interessa.



1

## A ofensiva alemã no governo Figueiredo

Do «Relatório Reservado»

Razões para se rejubilarem têm os empresários alemães, que nos últimos anos responderam maciçamente aos apelos lançados, especialmente na Europa, pelas autoridades de Minas Gerais. Agora, a influência desses grupos junto ao primeiro escalão do governo brasileiro aumentou sensivelmente, desalojando mesmo antigas preferências ou privilégios de outros lobbies.

Acosados por uma classe operária poderosíssima e cada vez mais reivindicante — terminou na semana passada uma greve de 100 mil trabalhadores siderúrgicos que durou 45 dias e foi a primeira em 50 anos — e pela competição, nos países subdesenvolvidos, em setores onde sempre foram absolutos, os alemães procuram reforçar suas posições para não serem deslocados. A siderurgia é um desses setores: a mão de obra lá é cara, há que importar ferro e carvão, e não há possibilidades geográficas de instalar usinas junto do mar. O Brasil, nesse e em muitos outros campos industriais, apareceu como uma promissora base de extensão.

Não é apenas nos setores de mão-de-obra intensiva, porém que os alemães estão transferindo unidades ou montando fábricas no Brasil: eles investem pesadamente também na indústria de equipamentos e na indústria química, na qual estima-se que serão desempregadas na Alemanha cerca de um milhão e meio de pessoas devido à entrada em operação nos países subdesenvolvidos, de grandes empresas petroquímicas. Nesse setor, a ofensiva alemã é menos notada porque as companhias nacionais são ainda fracas. A Bayer e a Hoechst estão para comprovar.

Na área de equipamentos, entretanto a história tem sido diferente. A Krupp e a Demag gramaram alguns anos, sob o pesado bombardeio do BNDE e da Abdib, até que acabaram entrando no mercado via Minas Gerais, especialmente, via Camilo Pena, que graças às suas excelentes relações junto à cúpula do banco, funcionou incansavelmente aparando arestas e dobrando resistências.

2

## As mamatas para fisgar o capital estrangeiro

A lei dos incentivos fiscais é o instrumento prático de entrega do estado ao capital estrangeiro. Com o dinheiro do povo mineiro, a Lei 5261, utilizando o capital gerado pelos assalariados no trabalho diário, financia os investimentos em empresas novas ou na ampliação das existentes. O incentivo da Lei era o ICM, Imposto de Circulação de Mercadorias, que se traduzia num retorno de 25,6% do imposto arrecadado. Assegurava-se assim aos empresários menos dispêndio em seu investimento. Em outras palavras, se reforçava o maior grau de acumulação dos capitalistas. Quem mais se beneficiou deste mecanismo de «promoção» industrial, foi, é claro, o capital de fora.

O apoio institucional é completo e gratuito: assistência técnica, assistência creditícia, assessoramento de marketing, oferta de áreas industriais e construção e doação de infraestrutura.

Um dos exemplos mais escandalosos, denunciado por vários parlamentares até mesmo como «turmalhantes», foi o Acordo de Comunhão de Interesses com a FIAT S.A. que transformou o governo mineiro numa dependência da grande empresa italiana, que nesses atrás chamou o DOPS e a Polícia Militar para reprimir os operários grevistas que reivindicavam aumento salarial. Um resumo

das mamatas com as quais a FIAT foi agraciada: a prefeitura de Betim, cidade onde está instalada, doou os terrenos; a Companhia de Distritos Industriais, CDI, executou gratuitamente a terraplanagem e a infra-estrutura básica de apoio; o governo concedeu incentivos do ICM, nos termos da Lei 5261; o governo participou com 45% do capital acionário, de forma que o controle acionário da empresa de «capital mito» permanece sempre em mãos da FIAT; sua implantação é favorecida pela mão-de-obra abundante e barata de Minas. Assim, não há capitalista no mundo que não queira implantar-se no novo Eldorado...

Mamatas semelhantes beneficiaram a Souza Cruz (inglesa), Alcominas (americana), Soeicom (portuguesa); White Martins (americana e canadense), Ciminas (suíça e americana, Krupp (alemã), Demag (alemã), General Motors (americana), Glico (alemã), Celanese (americana).

Os incentivos corresponderam no período 70/77 a 50% do valor dos investimentos efetuados por estas empresas. Significa que, para cada 100 dólares investidos pelas empresas estrangeiras, o Estado devolve 50 dólares sob a forma de retorno do ICM. Assim, Minas financia o lucro das multinacionais com o dinheiro gerado pelos trabalhadores.

3

## E os trabalhadores? Ora, que se danem...



Os documentos demagógicos do governo estadual, difundidos em impressos coloridos dos mais diversos tipos e abrangendo os mais variados setores da administração pública, não mostram contudo a pobreza crescente dos trabalhadores e do povo em geral. Belo Horizonte é a capital que tem o crescimento anual mais elevado do custo de vida, recorde carregado com muito pouca lisonja.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) evidenciou uma grande concentração de renda. A classe baixa, que ganha até dois salários mínimos, representa 76% da população ocupada, enquanto que a classe alta, de 10 a mais salários é de apenas 2,76%. O quadro de distribuição de renda é mais grave nos setores primário e terciário, embora o secundário mostre também grande concentração.

A desigualdade da renda no Estado é maior que a média nacional, o que questiona o objetivo tão badalado nos dois últimos planos de desenvolvimento de Minas, ou seja, de geração de empregos a partir do novo surto de industrialização. Ora, como se pode esperar de empresas que empregam tecnologias intensivas de capital, própria para os setores dinâmicos, que se implantaram com todos os incentivos e benefícios do governo, cumpriram o objetivo social de criarem empregos? Já foi por demais constatado, por economistas e planejadores sociais, que industrialização baseada em processos produtivos tecnologicamente avançados, não constitui uma saída eficaz para regiões com oferta ilimitada de mão-de-obra. O governo simplesmente prega mentiras quando defende uma política de emprego baseada numa industrialização dessa natureza. A resposta verdadeira a essa estratégia de crescimento é uma intensa capitalização para o exterior que esses projetos vão auferir, conjugada com a perda de poder de decisão interna do Estado, na gestão de sua economia.

A seguir, mais dados que evidenciam como o desenvolvimento capitalista tem contribuído para o empobrecimento da população traba-

lhadora do Estado, com reduzida participação na riqueza na perda do poder aquisitivo e pelo agravamento geral de suas condições de vida, incluindo nutrição saúde e habitação:

- Nos últimos treze anos, o trabalhador de Belo Horizonte perdeu 45% de seu poder de compra segundo dados do Instituto de Pesquisas que calcula oficialmente o índice mensal de custo de vida.
- No último mês de outubro, pesquisa realizada em mercearias populares da Região Metropolitana de Beagá revelou que o operário precisa trabalhar 115 horas/mês para comprar a «ração mínima essencial» para uma pessoa, estipulada pelo Decreto-lei 399 de 1938 e incorporado à Consolidação das Leis do Trabalho.
- Aproximadamente 60% dos domicílios de Minas não são servidos de água e cerca de 65% não tem canalização de esgoto (PNAD).
- Aproximadamente um milhão e 200 mil pessoas da região metropolitana bebe água contaminada (água de cisterna).
- A mortalidade infantil em Beagá teve um coeficiente de 115 por mil nascidos vivos em 1975, 154 em 1976 e 131 em 1977, o que a situa entre as mais altas do País.
- Desde 1974, Minas vem mantendo um número de mais de 157 mil acidentes de trabalho por ano, sendo que 98% dos acidentes aconteceram dentro das empresas.
- Existem cerca de 300 mil trabalhadores na periferia da região metropolitana morando em favelas e vilas miseráveis.
- Mais de 200 mil crianças, na faixa de idade de 10 a 14 anos, fazem parte da população ocupada por Minas Gerais.
- Cerca de 60% das pessoas ocupadas e que ganha até dois salários mínimos, trabalham mais de 50 horas semanais.
- A oferta de empregos na região metropolitana teve índices negativos de 1977, aumentando, dessa forma, o número de marginalização, responsáveis pelo alto nível de delinquência (assaltos, roubos, etc.) que hoje constitui um dramático quadro de angústia social.

PAIS DE ORIGEM	Nº	%	INVESTIMENTO C\$ milhões/74	%
USA	21	28,8	1.563,0	16,2
ALEMANHA	8	11,0	1.145,7	11,9
ITÁLIA	7	9,6	3.577,8	37,1
SUECIA	4	5,5	117,6	1,2
JAPÃO	3	4,1	120,3	1,3
FRANÇA	3	4,1	201,9	2,1
INGLATERRA	3	4,1	617,2	6,4
CANADÁ	3	4,1	146,5	1,5
SUIÇA	2	2,7	458,4	4,8
PORTUGAL	2	2,7	655,8	6,8
BÉLGICA	2	2,7	302,2	3,1
DINAMARCA	1	1,4	64,1	0,7
ARGENTINA	1	1,4	62,6	0,7
NÃO ESPECIFICADO	13	17,8	610,8	6,3
TOTAL	73	100	9.644,1	100

Fonte: CDI/MG.

classes	população ocupada	% simples	% acumulada
de 0 até 2 salários	3.781.806	76,01%	76,01%
de 2 até 5 salários	796.293	16%	92,01%
de 5 até 10 salários	260.449	5,23%	97,24%
10 e mais salários	137.118	2,76%	100,00%
total	4.975.666	100%	—

Fonte: PNAD 1976/FIBGE



# Bancários: é guerra!

Vinte e dois mil bancários vão às urnas para renovar a diretoria do sindicato.

**A Oposição Sindical e o pelego Francisco Teixeira, candidato à reeleição, travam agora um combate decisivo para o movimento reivindicatório na categoria.**

**A maior preocupação é com a possibilidade de fraude e corrupção eleitoral, pois Teixeira não é flor que se cheire e vai fazer de tudo para se manter no cargo.**

Por Terezinha Vicente Ferreira

As eleições para a nova diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo começam na próxima segunda-feira, dia 29, estendendo-se por toda a semana. Apesar da categoria contar com cerca de 120 mil trabalhadores na capital, dos 27 mil sindicalizados apenas 22 mil apresentam condições de voto. Diferentemente de outras categorias, onde a maioria dos eleitores se concentra nas grandes empresas, os bancários encontram-se espalhados por toda a cidade nas diversas agências dos bancos, existindo 1.257 locais de votação. Nas matrizes dos grandes bancos, como o do Brasil, Banespa, Itaú, serão colocadas urnas fixas, num total de 22, responsáveis por quase metade do total de votos. As outras 31 urnas existentes serão itinerantes, algumas no centro e outras nos bairros.

A eleição promete dar-se em clima de guerra entre a situação e a oposição, visto que a atual diretoria do Sindicato, acusada de peleguismo, encontra-se completamente isolada. Ao contrário de seus opositores, que vêm desenvolvendo uma ampla campanha apoiados por vários setores da categoria, a propaganda da Chapa 1 se restringiu, até agora, a distribuição de seu programa e de um boletim. A Chapa 2, Oposição Sindical, está alertando os bancários para a grande possibilidade de fraude, único recurso que resta à Diretoria, e cujos indícios estão se tornando facilmente detectáveis nestes últimos dias de campanha.

## Fraudulentos profissionais

No último sábado, dia 20, os 210 mesários contratados pela diretoria estiveram reunidos na sede do Sindicato para instruções. O presidente da Comissão de Trabalhos, José Gonçalves, responsável pela coordenação dos mesários, ao abrir a reunião, deixava bem claro o grau de profissionalismo eleitoral desses elementos: «Todos os senhores estão acostumados a trabalhar em pleitos do Sindicato. Vamos esclarecer alguns detalhes, que não são novidades, mas para lembrar o que podemos ter esquecido». E complementando, «dentro do regulamento, a gente pode melhorar pra cá ou pra lá».

Na verdade, os mesários contratados por Francisco Fernandes Teixeira, presidente da entidade, são os responsáveis pelas últimas grandes vergonhas ocorridas em eleições sindicais de São

Paulo. Como exemplo, basta citar a grande fraude que foi a eleição no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e a virada de mesa ocorrida no segundo escrutínio da Sabesp, pleitos em que trabalharam estes mesmos elementos, conforme suas próprias informações.

Não bastasse ter contratado a «fina flor da fraude sindical», como são caracterizados pelas Oposições, o sr Francisco Teixeira, presidente da entidade e candidato a reeleição ainda introduziu algumas novidades denunciadas pela Chapa 2 como facilitadoras da roubalheira. O voto em separado, permitindo aos trabalhadores transferidos de local, deverá ser efetuado na sede do Sindicato. Segundo a Chapa 2, «este voto é muito importante na categoria bancária pois, devido a muitas agências que têm os Bancos, ocorrem inúmeras transferências». No entanto, apesar dos protestos e pedidos de alteração deste item, feitos por Luisa, elemento da Chapa 2, na reunião, de maneira bastante autoritária o presidente da Comissão de Trabalhos colocou a decisão de serem estes votos no Sindicato. O curioso é que a colocação foi muito aplaudida pelos mesários, ditos imparciais.

Outro problema são os carros que deverão conduzir as urnas itinerantes. Além de serem de propriedade dos mesários, o suplente deverá acompanhá-los, numa forma de lotar o veículo, impedindo de ir o fiscal da oposição. Como disse uma mesária: «O fiscal vai sozinho se quiser, porque fiscal tumultua muito as eleições». Acontece que as urnas itinerantes têm um trajeto algo extenso e, a escolha do roteiro é por conta dos mesários. Dizem os integrantes da Chapa 2, «se os nossos fiscais não saírem do Sindicato no nosso carro em que vai a urna, nunca mais alcançamos». Dessa forma, a batalha diária entre os fiscais da Oposição e os mesários promete ser violenta.

## A corrupção eleitoral

Apesar do pouco material propagandístico que a Chapa 1 distribuiu aos bancários, a Oposição vinha suspeitando que a diretoria estava usando unilateralmente os recursos e dinheiro do Sindicato. No seu programa, a Chapa 1 pede a colaboração dos colegas na aquisição de bônus; entretanto, vários bancários afirmam nunca os terem visto. Além disso, a idêntica impressão gráfica



Jesus Carlos Teixeira

do seu programa e dos boletins timbrados pelo Sindicato pode ser constatada.

Na última segunda-feira, dia 22, logo às primeiras horas da manhã, Antonio Augusto de Oliveira Campos, presidente da Chapa 2, acompanhado de alguns bancários da Oposição de dois jornalistas, conseguiram entrar na gráfica da entidade, situada no mesmo andar da Diretoria, apesar dos cuidados em se retirar todo o material daquele local, o cesto de lixo estava repleto de restos da impressão. Teixeira, ao perceber seu descuido, ficou muito alterado, gritando que «haviam invadido a gráfica» e que aquilo era «caso de polícia». Além disso grande quantidade de boletins se encontravam armazenados na sala de reuniões da Diretoria, que foi imediatamente trancada aos fotógrafos.

Logo chegaram a outros diretores, iniciando-se grande discussão entre as chapas 1 e 2. Pressionado pelas acusações da Chapa 2, Teixeira chegou a afirmar: «Rodei os boletins aqui sim, e daí? Denunciem onde quiserem, nos jornais, na DRT. Vocês não vão me impedir».

Augusto acusa a diretoria também de ter impressas 22 mil cartas dirigidas a todos os sindicalizados, endereçadas com etiquetas feitas por computador, que se encontrariam no 6º andar do mesmo prédio, numa sala alugada. O presidente da Chapa 2, acusando Teixeira de ter usado dinheiro dos bancários para imprimir tais cartas, exigiu dele que mostrasse a tal sala e as notas fiscais do serviço, ao que ele se recusava, fazendo ameaças. Como os elementos da Oposição não quisessem sair da sala da Diretoria, os pelegos passaram a empurrá-los dizendo que «certas salas do Sindicato são privativas».

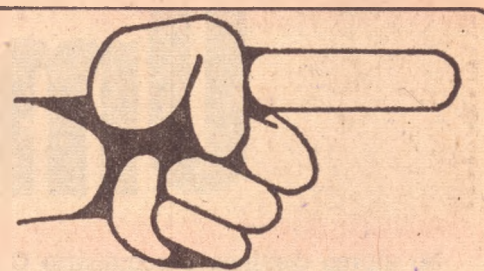
Alguns diretores chegaram a destratar outros jornalistas que chegaram, exigindo suas credenciais, Pedro Caldas, o tesoureiro, dizia que «poderiam ser policiais», e continuava: «Nós nos cotizamos para alugar uma sala no sexto andar, onde funciona o nosso comitê. Quanto ao material da campanha, temos notas fiscais de tudo». Inquirido depois por um jornalista para mostrar as notas fiscais a fim de provar serem falsas as acusações da Chapa 2, disse que o material da campanha havia sido dado pelas firmas que trabalham para o Sindicato, se recusando, entretanto, a dar seus nomes.

A diretoria também nega estar usando os funcionários do Sindicato na distribuição de sua propaganda. Porém, um funcionário confirmou as denúncias da Chapa 2: «Aqui no centro nós não distribuímos, para ninguém ver. Mas para os bairros eles mandam a gente». Na zona bancária, próxima ao Sindicato, a diretoria vem utilizando os serviços de seus filhos e de alguns meninos, pagos a Cr\$ 50,00 por dia, como informou um deles.

O desespero dos elementos da Chapa 1 parece evidente, já desde o final da última semana, quando o tesoureiro Caldas agrediu um repórter do jornal Movimento na porta do prédio onde fica o Sindicato, arrancando-lhe das mãos os papéis onde o jornalista anotava frases ofensivas dirigidas pelo diretor sindical à Oposição e à imprensa.

Antonio Augusto de Oliveira Campos já procurou a DRT, solicitando uma fiscalização no Sindicato, a fim de comprovar a corrupção eleitoral que está sendo praticada pela Chapa 1.

# Deduragem a arma de Teixeira



A atual diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo, que concorre à reeleição na próxima semana, deixou sem resposta várias acusações feitas pela Oposição Sindical durante mais de três anos de mandato. Dentre as denúncias, a mais grave, através da qual ficaram conhecidos os pelegos no meio bancário, e a de serem «dedo-duros».

Num boletim, a ser distribuído para a categoria, a Chapa 2 lembra que as eleições deveriam ter ocorrido em outubro do ano passado, tendo a diretoria do Sindicato conseguido uma prorrogação junto ao Ministério do Trabalho. No pedido efetuado à DRT, em junho/78, Francisco Teixeira, o presidente do Sindicato, aproveitou a ocasião para fazer graves acusações aos elementos da Oposição, estendendo-as, inclusive, a outros trabalhadores:

«Tendo em conta que, na atualidade, os trabalhadores têm manifestado o seu descontentamento com os seus salários, até mesmo paralisando suas atividades, tudo indica que, este ano, a campanha salarial entre os bancários será mais vigorosa. Acresce, ainda que se nota, em diversas áreas profissionais, o ativismo de determinados grupos dissidentes, cujas posições extremadas, via de regra, são inconvenientes à estratégia dos movimentos reivindicatórios». (Ver a reprodução).

A delação não é nova, segundo componentes da Chapa 2. «Começa na Campanha Salarial de 1977, onde através de matérias pagas em jornais desta capital, apontou 17 elementos à ação dos órgãos de repressão». Tendo respondido a interrogatórios na Polícia Federal, nada se constatou sobre esses bancários e, hoje, alguns deles fazem parte da chapa de oposição.

Os dirigentes sindicais, ao que parece, não se conformaram com isso, utilizando a prática delação continuamente:

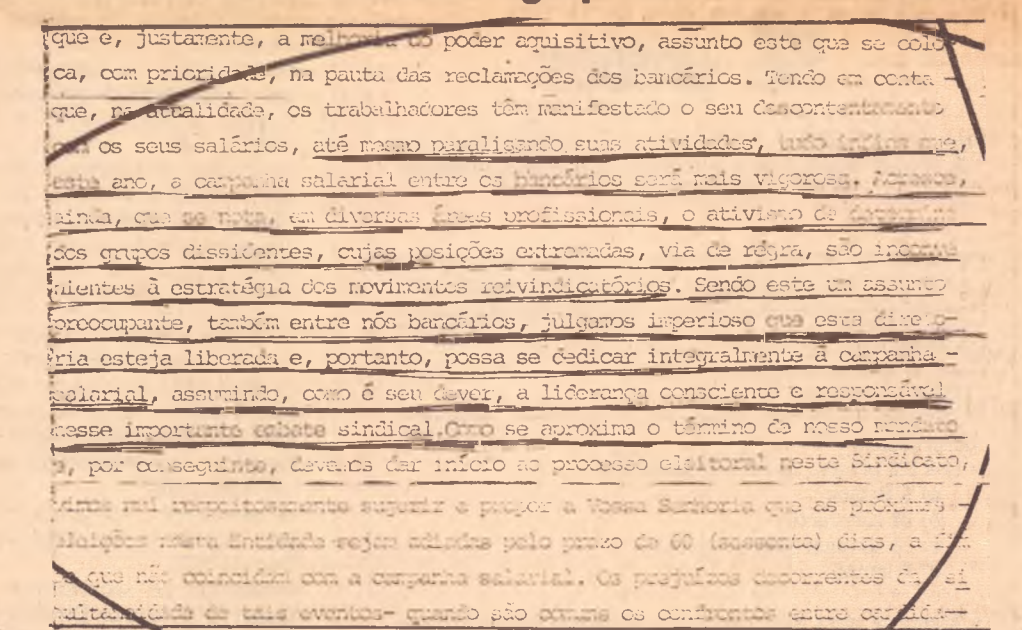
«Temos denunciado reiteradamente aos bancários a ação perniciosa desse grupo divisionista. Pois, seu comportamento tem sido difundir inverdades através de boletins anônimos e prestar declarações infundadas aos jornais...» (boletim à categoria, em jan/78).

«... há outra questão que está exigindo a atenção e a vigilância de todos nós bancários: o procedimento irresponsável — por isso mesmo perigoso — de alguns elementos que, manifestando propósitos inconvenientes ao nosso meio sindical, tumultuam as reuniões e invadem as dependências de nosso Sindicato. Anarquizam os movimentos reivindicatórios, a exemplo do que fizeram na última assembleia da Campanha Salarial...» (trecho do Manifesto-Programa, da Chapa 1).

## Testemunha do patrão

No material apresentado pela Oposição, através de boletins e recortes de notícias de

## Teixeira delata «os grupos dissidentes»



# Custo de Vida

**O movimento do Custo de Vida busca novos caminhos para sua ampliação e popularização. Por isso, vai formar blocos carnavalescos para levar o protesto até a avenida. Mas não ficará apenas nisso. O que é mais importante, quer unificar a luta contra a carestia com as lutas dos trabalhadores. Vem aí, também, um primeiro de maio unificado com os sindicatos.**

Por Tom Duarte

Arroz na cuica, açúcar no reco-reco, café do pandeiro, óleo, leite e ovos na bateria. Carne de porta estandarte, feijão de mestre sala. Abram alas, que o bloco do Movimento do Custo de Vida vai sair neste ano, trazendo para o asfalto da avenida o protesto dos trabalhadores e das donas-de-casa contra a carestia, um tema que, sem dúvida, é pra nenhum jurado de televisão botar defeito.

A ordem de cair na folia, aproveitando a chamada «maior festa popular do mundo» para dar o recado, foi decidida, no sábado, dia 20, durante a primeira reunião de 1979 da Coordenação do Movimento do Custo de Vida, realizada na Câmara Municipal de São Paulo. O samba-enredo já está pronto, foi presente de um porteiro do Congresso Nacional, recebido no ano passado, quando o MCV tentou entregar o manifesto com 1.300 mil assinaturas ao presidente da República.

Criativa, a idéia de formação de blocos contra a carestia reflete a busca de novos caminhos de popularização e ampliação do movimento que, desde a grande concentração na praça da Sé, no dia 27 de agosto, sofreu um significativo refluxo e esvaziamento.

## Novos rumos

A volta às bases, isto é, retornar o

contato e promover um salto de qualidade no processo de organização e mobilização popular foi a principal preocupação dos representantes de mais de 30 setores, entidades sindicais e estudantistas presentes a reunião. E, se a proposta carnavalesca se destaca pela originalidade e por certa dose de bom humor, ela não é a única.

Aparentemente, se a condução a ser dada ao Movimento não ficar apenas nas intenções e realmente se efetivar, ele terá alcançado novos rumos que permitirão a superação do acento economicista que, segundo muitos críticos dentro do próprio MCV, predominou na primeira fase. Conforme as críticas feitas por um grupo de apoio do Comitê do deputado estadual Geraldo Siqueira Filho ocorreu na fase anterior «a recusa a que o movimento encampasse qualquer bandeira política e mesmo se caracterizasse como um movimento de oposição ao governo». Segundo o mesmo documento, — que também denuncia práticas burocráticas na coordenação, apesar de constar formalmente da plataforma do MCV, não ocorreu a sua «vinculação com as lutas operárias por melhores salários». Isso teria ficado evidenciado na recusa a aceitar a proposta do Sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo para

assumir coletivamente a luta pela reposição salarial e no veto à participação das oposições sindicais na coordenação do movimento.

## Ligar com os trabalhadores

Mas qual será essa retificação na linha? A resposta parece estar no elenco de 15 propostas (ver quadro) elaboradas na última reunião. E verdade que elas ainda não tocam em questões centrais como a luta por liberdades democráticas, pela Constituinte, pela

anistia, etc, nem traduzem uma vigorosa denúncia do regime militar. Tampouco apontam claramente, com todas as letras para a derrubada da ditadura como condição necessária para o início da superação dos problemas econômicos e sociais enfrentados pelos trabalhadores.

No entanto, alguns dos pontos da plataforma indicam que os dirigentes e as bases do MCV pressionados pela conjuntura de lutas, passam a assumir a necessidade de buscar uma vinculação mais estreita com o movimento operário organizado, com (essa posição

foi antecipada pela prática do núcleo de Santo André que há algum tempo atua junto ao Sindicato dos Metalúrgicos, com direito a voz nas assembleias) os sindicatos, e oposições, vinculando a luta contra a carestia à luta por melhores salários e contra o «archoço salarial». São provas disso as propostas de luta por um salário mínimo nacional unificado, o apoio às campanhas salariais levadas pelos sindicatos, o apoio à luta dos desempregados pelas greves. Um primeiro passo importante nesse sentido seria a realização de uma ampla manifestação unitária por ocasião do 1º de maio.

## Métodos

«Abaixo-assinado já não dá mais», exclamou um dos representantes setoriais presentes à reunião de sábado. Com isso, ele queria referir-se à necessidade de se encontrar novos métodos de encaminhamento das bandeiras de luta do MCV que ultrapassassem à simples coleta de assinaturas, como ocorreu com o manifesto dos 1.300 mil. É verdade, foi aprovado, ainda, como forma de encaminhar a reivindicação de congelamento de cinco produtos essenciais (arroz, feijão, carne, leite e óleo) a retomada do antigo abaixo-assinado. A alegação apresentada é que ele cumpriria uma função importante, principalmente naquelas cidades e regiões onde não circulou o antigo abaixo-assinado.

No entanto, o risco de limitar-se apenas à essa forma de mobilização parece ter sido percebido, dado o desgaste que representaria junto aos que já assinaram uma primeira vez, e à comprovada ineficácia, quanto aos resultados (não quanto à repercussão política, que foi importante) do primeiro manifesto, tripudiado pelo governo federal, que dignou-se apenas a questionar a autenticidade das assinaturas.

Abaixo-assinado só não dá, foi a prática que demonstrou, e isso é sentido pelas bases do MCV que se desdobram na coleta às portas de fábrica, escolas, nas ruas, enfrentando a repressão policial. Somente a junção da luta contra a carestia às reivindicações dos trabalhadores contra o arrocho e

melhores condições de vida e sua integração num programa de lutas políticas mais abrangentes, seja solidarizando-se e jogando todas suas forças em apoio aos movimentos grevistas; que serão deflagrados este ano (o dissídio dos metalúrgicos do ABC e interior será o primeiro teste), a realização de manifestações públicas massivas e o aprofundamento de um trabalho de organização nas bases permitirão ao Movimento do Custo de Vida ampliar os seus horizontes. Ao mesmo tempo em que contribuirão, certamente, para uma modificação mais substancial da correlação de forças políticas em favor dos setores populares.

## Encontro nacional

Iniciado em São Paulo, onde já existe em 23 localidades, o Movimento do Custo de Vida estendeu-se à várias regiões do País. No sábado passado, por exemplo, foi lançado, oficialmente, em Belo Horizonte, durante assembleia realizada no Colégio Santa Rita, no Barreiro, um dos bairros da cidade industrial, com a participação de 500 pessoas.

Em função disso, buscando promover a troca de experiências o MCV de São Paulo está promovendo, neste fim de semana, um encontro nacional com os núcleos de Movimento do Custo de Vida existentes em todo o País. Aliás, antes mesmo desse encontro, o contato com representações da Paraíba, Goiás e Mato Grosso, por exemplo, já produziram efeitos no próprio MCV paulista.

Isso fica evidenciado, durante as discussões da Coordenação na ênfase dada a necessidade do Movimento assumir mais consequentemente a luta pela resolução do problema da terra uma das reivindicações mais importantes apresentadas naqueles três Estados. Nada mais natural, pois como afirmam um operário presente à reunião, «há uma grande relação entre a concentração das terras e o custo de vida. Assumir a luta pela reforma agrária é a melhor maneira de se aliar os trabalhadores da cidade e do campo».

## 15 pontos para discussão

Embora não tenha ocorrido uma ampla e aprofundada discussão nas bases, como reconheceram a maioria dos participantes da Plenária da Coordenação do Movimento do Custo de Vida, foram apresentadas e aprovadas 15 propostas de luta para o MCV. Agora, segundo orientação da reunião, elas deverão ser debatidas nos diversos setores e cidades, após o que voltarão a ser discutidas pela Plenária.

São estes os pontos colocados em discussão:

- 1) Apoiar o Carnaval, incentivando as escolas de samba a assumir a luta contra a carestia em seus enredos; formar blocos carnavalescos; promover concursos de cartazes e de fotografias.
- 2) Como proposta constante, ficouse de consultar as bases sobre a continuidade do movimento.
- 3) Com relação ao congelamento dos gêneros alimentícios: a) retornar os abaixo-assinados; b) Entregá-los em Brasília; c) Promover uma ação Parlamentar; d) boicotar um gênero em especial.
- 4) Luta por um único salário mínimo nacional.
- 5) Ligar o movimento contra a carestia aos sindicatos nas campanhas salariais e por melhores condições de vida.
- 6) Promover um Congresso estadual contra a carestia.
- 7) Lutar pelo congelamento das tarifas urbanas.
- 8) Ampliar a luta contra a carestia através de outras entidades, setores, associações e movimentos.
- 9) Apoiar a luta dos desempregados pelas greves.
- 10) Lutar por um projeto de lei para a criação de centros urbanos de abastecimento popular com participação de trabalhadores nas direções, tanto na cidade como no campo, para eliminar os intermediários (Nota: esse projeto deverá ser apresentado pelo deputado federal Aurélio Pres, um dos coordenadores do MCV. Segundo Peres, será necessário introduzir profundas alterações na lei atual do cooperativismo, entre elas isentando as cooperativas do pagamento do ICM, única maneira de viabilizar economicamente os Centros Urbanos de Abastecimento).
- 11) Moção de Apoio ao congresso dos Metalúrgicos
- 12) Manifestação conjunta no 1º de maio com os sindicatos.
- 13) Levantar o problema da terra e de como o movimento contra a carestia deve assumi-lo.
- 14) Congelamento das anuidades escolares.
- 15) Participação do movimento no ato público de Protesto contra os contratos de risco na Amazônia.







# E depois de Puebla?

## A igreja latino-americana posta em cheque

A III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Puebla representará um recuo em relação às teses aprovadas no encontro de Medellín, ou, ao contrário, os setores progressistas da Igreja, ligados às bases, saberão resistir a todas as pressões dos setores que vêm a «hidra do marxismo» no comprometido da comunidade religiosa com as lutas dos povos do continente? Este artigo mostra porque é prematuro uma resposta clara a esta questão. De qualquer modo, para a igreja latino-americana, chegou a hora da verdade.

São pequenas as possibilidades de se prever o que há de suceder em Puebla e após Puebla. Sabe-se, certamente, que os bispos progressistas — mais abertamente comprometidos com os pontos programáticos de Medellín — somam pouco mais de 10% do total. É possível presumir, com igual segurança, que os bispos francamente reacionários não ultrapassam este mesmo percentual. Isto quer dizer que o destino da Igreja oficial na América Latina depende de aproximadamente 60% de votos indecisos — e isto se admitirmos que cerca de 20% do episcopado presente permanecerá inamovível em uma posição «moderada», seja por consolidada convicção, seja para evitar a radicalização e a rutura.

Há, porém, um agente ou fator que vem preocupando os observadores em geral, e sobretudo os partidários de uma igreja voltada para a realidade social: o Secretário Geral da Celam, D. Alfonso Lopez Trujillo. A ação deste Prelado, firmemente apoiada pela política do Cardeal Baggio, Prefeito da Congregação Romana que rege o acesso ao Episcopado e visa sobrepor-se à ação deste, constituiu desde o início um esforço extremamente racional para reconduzir as igrejas do continente aquela disciplina, havida por legado da tradição e da qual, segundo se diz, o ideário de Medellín havia afastado grande parte dos seus leigos, clero e até mesmo bispos.

### Marxismo e Secularismo

A Aliança de Trujillo com Baggio, antigo núncio no Brasil e tutor de uma política de compromisso com os fatores do movimento de 1964, pode ser interpretada sem esforço como voltada para a restauração da romanidade da igreja latino-americana — no que diz respeito à sua organização interna, e para o compromisso histórico com o sistema capitalista, no que diz respeito às relações Igreja-Sociedade Civil e Estado.

Esta dupla política transparece claramente a simples leitura dos dois documentos com os quais o Secretariado da Celam pretendeu preparar a Assembléia de Puebla: o «Documento de Consultas», de dezembro de 77, e o «Documento de Trabalho», de outubro de 78. Embora o segundo documento leve em consideração, se bem que de modo tácito, a reação fortemente negativa provocada pelo primeiro, também nele se pode perceber uma dupla preocupação: a dominar e articular todo o discurso: a primeira destas preocupações visa o inimigo externo, o marxismo, inimigo ao qual se associa o secularismo, termo com o qual se designa tudo o que a igreja deve rejeitar agora o marxismo (e com o qual, de fato, e que se quer é absolver o capitalismo enquanto tal, enquanto sistema). A outra preocupação diz respeito à ordem interna e tem por escopo neutralizar os dinamismos democráticos que o desbloqueio oriundo do Vaticano II tornou possíveis em muitas igrejas particulares, em especial na América Latina. Nos dois casos, o alvo é visado diferentemente, porque é dividido em situação invertida. No primeiro, o inimigo é exterior, se considerado teoricamente, mas se encontra, na prática, dentro da própria Igreja. No segundo caso, ele é teoricamente interior, mas divaga fora, na diáspora da modernidade.



### A dupla política

Esta dupla política a visar um objetivo igualmente duplo é clara em todas as manobras urdidas por Lopez Trujillo e seu secretariado em toda a fase preparatória de Puebla e já anteriormente. Ela aparece, mesmo, teorizada em artigo datado de julho de 78 e, portanto, pertencente ao período de preparação intermédio entre o Documento de Consulta e o de Trabalho, a denotar a essencial unidade de ambos. Então, o Bispo auxiliar de Bogotá e Secretário da Celam, abstraindo e mesmo silenciando por completo as críticas quase unânimes que o primeiro documento mereceu, resume-o e, entre loas, destaca suas proposi-

ções axiais. Como o Tema da Conferência é «A Evangelização no presente e no futuro da América Latina», não lhe foi difícil descaracterizar os problemas concretos do continente, mesmo os religiosos ou teológicos, em solvente teológico de grande poder. Antes de tudo, propõe-se uma vasta perspectiva: «o umbral do terceiro milênio do cristianismo», o que postula uma «reflexão total». Em seguida, apresenta-se o documento de consulta como instrumento a visar a participação de todo o povo de Deus na Assembléia de Puebla. Ora, o autor entende por «Povo de Deus» as Conferências Episcopais, as quais o documento foi enviado e ficou restrito, excetuando alguma circulação em mãos de peritos e a publicação de

um resumo, este sim, acessível ao grande público, mas por este estudado de forma orgânica apenas em casos muito raros (como certamente o desejava Trujillo). Mas o resultado imediato não parece ter sido o desejado por ele e por seus patronos romanos: as Conferências Episcopais não assumiram o documento enquanto tal e algumas como a do Brasil, redigiram mesmo contra propostas que em muitos pontos a ele se opõem.

### Uma terceira via retórica

Esta parcial rejeição não significa que o plano haja falhado, ou que deva ser alterado. O Secre-

tário Geral tem em mãos um forte trunfo, e o documento o fez circular. Ele é expresso nos dois termos já referidos: marxismo e secularismo. É em torno destes dois problemas (ou a visá-los sempre) que se estrutura o artigo em tudo o que se segue. O atributo a partir do qual se define a realidade do continente é a «transformação»: é ele constituído por um conjunto de países submetidos a um processo de profundas transformações. Mas desde o início se exclui que o desenvolvimento dos países capitalistas esteja na origem do subdesenvolvimento dos latino-americanos. Esta exclusão, feita de passagem, tem como primeiro efeito introduzir o tema do «desenvolvimento» no horizonte do discurso. Mas esta introdução só é relevante porque serve de mediação a uma série de exilios: ela visa colocar algo no lugar da revolução — em direção à qual lhe parece apontar, ao menos em parte, a teologia da libertação — e com ela ou sem ela, as ações, mobilizações e organizações políticas emergentes «do» e/ou «no» espaço eclesial. Além disso, exila-se também a simples possibilidade de examinar a realidade humana da A. L. em termos que enunciem suas contradições econômicas e, por conseguinte, seus antagonismos de classe. Enfim, com tudo isto, exclui-se todo e qualquer projeto que implique a socialização dos meios de produção (medida considerada essencial até mesmo por bispos latino-americanos, como ocorre no Brasil em parte do episcopado do nordeste e do centro-oeste), sugerindo-se uma «terceira via» que não se diz no que consiste (expediente tipicamente eclesialístico). Acrescenta-se a tudo isto que Trujillo nenhuma atenção dedica ao secularismo, o que reforça a impressão dos que pensam ser a «terceira via» simples artifício de retórica.

### Quem detém o báculo?

Tudo isto se passa ao nível do discurso, assim como é ao nível do discurso que o artigo, ao seu final, toma da ideia de desenvolvimento integral do homem para nela dissolver o que denomina a autêntica libertação cristã. Mas trata-se sempre de um discurso que visa a Assembléia de Puebla e prenuncia o que ela pode vir a ser, caso o Secretário Geral da Celam e também da própria Assembléia reunir meios para manipular a participação e o consenso do episcopado. O que ele pode, os dados referidos acima permitem avaliar: trata-se de um colégio de complexa composição, de posições definidas apenas em seus extremos e, portanto, extremamente manipulável. Além disso, ele conta com uma arma poderosa: a «hidra multiforme» do marxismo, que se trata apenas de apresentar sob forma convincente para conseguir a unidade negativa da assembléia.

Assim, a Conferência poderá, em Puebla, permanecer sob o controle de Trujillo, mesmo que este não chegue à sua Presidência, o que não é impossível mas representa uma possibilidade menor. E claro, existe também a alternativa consistente em ele vir a perder todo o poder, mas não se ve bem como e por que vias isto poderia vir a acontecer. O que se pode esperar de melhor é que ele saia enfraquecido da Assembléia, fato a que poderia dar lugar o caráter manobrista de sua política. De qualquer modo e em qualquer hipótese, é lícito perguntar: o que será da Igreja latino-americana após Puebla? Por tudo o que aqui se disse, a resposta é difícil e de caráter meramente probabilista. A hipótese que causa maior espécie é a de uma vitória substancial de Trujillo e seus partidários. Nesse caso, a dinâmica das igrejas particulares seria seriamente posta à prova: seria a ocasião de elas mostrarem até quando e em que medida chegaram à autonomia que visam. Mas seria também o mais decisivo risco que poderiam correr. De qualquer modo, não há respostas para a questão a um nível de simples especulação: é a praxis das igrejas que há de mostrar que realmente detém o báculo. (Báculo, como registra o Aurélio, é o bastão, com extremidade arqueada, usado pelos bispos).

E qual será mesmo a função de João Paulo II em Puebla?



## Bispos da pesada

Os critérios de convocação do «Povo de Deus» para o Encontro de Puebla causaram grande perplexidade em vários círculos do chamado setor

progressista da Igreja. De um lado, os documentos preparatórios do Encontro praticamente só circularam entre o episcopado, sem atingir as comunidades de base. Do outro, a exclusão de vários teólogos comprometidos, em grau maior ou menor, com a teologia da libertação, foi agravada pela presença de outros religiosos comprometidos... bem, digamos, comprometidos. Entre estes destaca-se, por exemplo o Cardeal Aníbal Muñoz Duque, Arcebispo de Bogotá, general do exército colombiano, condecorado por «serviços prestados à segurança nacional», depois de haver condenado as greves de fome em seu país e suspenso «a divinis» todos os sacerdotes que são solidários com os movimentos reivindicatórios e as manifestações estudantis e de bancários, por exemplo. Também general é D. Alcide Mendoza Castro, chefe religioso das forças armadas peruanas. E D. Adolfo Tortolo, representante argentino e igualmente oficial do exército, que se destacou recentemente por haver dirigido um apelo à juventude de seu país, para que apoiasse as forças armadas e se preparasse para se imolar pela pátria, ajudando contra os chilenos.

# PUEBLA: O POVO E A IGREJA

Leonardo Boff é franciscano, professor de teologia em Petrópolis, escritor e redator da Revista Eclesiástica Brasileira. Neste artigo, ele procura mostrar como o Encontro de Puebla, apesar de seus documentos preparatórios muitas vezes persistirem num diagnóstico moralizante, recuando diante de denúncia das causas reais da miséria do continente, poderá vir a se constituir num prolongamento efetivo do Encontro de Medellín.

Dos dias 27 de janeiro a 12 de fevereiro celebra-se a IIIª Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Puebla (México). O tema a ser discutido é «A evangelização no presente e no futuro da América Latina», e foi preparado amplamente nas bases da Igreja em todo o continente. Elaborou-se um primeiro texto básico, o Texto de Consulta (214 páginas) para orientar a discussão. Em agosto de 1978, redigiu-se um Texto de Trabalho de 175 páginas, que serve de matéria-prima para os debates dos delegados à assembléia em Puebla. Queremos interrogar o documento em função da seguinte pergunta: como a Igreja vê o povo e suas lutas de libertação e em que medida se articula com elas, fazendo-as também suas?

De início, é necessário situar historicamente a pergunta. E, se quisermos periodizar a história da Igreja na América Latina à luz da relação Igreja-sociedade civil-Estado, cumpre ressaltar três marcos fundamentais: o primeiro vai até 1808 e define a cristandade colonial latino-americana; o segundo, de 1808-1860, demarca a nova cristandade; e o terceiro, de 1860-1979, precisa a crise da nova cristandade e fixa a emergência de uma Igreja popular.

Os primeiros dois períodos caracterizam a Igreja assimilada ao projeto dos grupos hegemônicos dentro de uma formação social latino-americana per-

férica e dependente do capitalismo mercantil em expansão. A Igreja que foi plantada na América Latina constituía um dos componentes da empresa colonizadora: tratava-se de dilatar a fé e o império.

Durante todo o período da Colômbia, do Império e da primeira República, a evangelização foi feita a partir do lugar das classes dominantes. Evidentemente a Igreja sempre se preocupou com o povo, os pobres, os escravos, os proletários, mas sua preocupação se inscrevia dentro do espírito paternalista e assistencialista, próprio daqueles grupos que compõem a classe hegemônica da sociedade. A preocupação não se expressava e organizava a partir do povo, de seus anelos e de sua capacidade transformadora. Era para o povo, mas nunca com o povo e como o povo. Daí ter sido parca a importância da Igreja na defesa dos índios, nos debates pela libertação dos escravos e no apoio às lutas trabalhistas, apesar de alguns profetas como Las Casas (no México) Antônio Vieira (no Brasil) terem denunciado o compromisso iníquo da Igreja com o sistema de exploração do índio ou do escravo. Por causa da vinculação da Igreja com o bloco dominante, entende-se que os Papas lastimassem a emancipação política latino-americana. Pela encíclica Etsi longissimo de 30 de janeiro de 1876 o Papa, condenando a independência de vários países latino-americanos, pedía

obediência ao «nosso caríssimo filho em Jesus Cristo, Fernando, vosso rei católico». O que preocupava a Igreja eram os «gravíssimos danos da rebelião».

A partir dos anos 60 se produz uma crise estrutural no pacto Igreja-classe hegemônica. Esta crise está ligada à reestruturação do mercado internacional, à transnacionalização da produção, do capital e das finanças e à rearticulação da dominação imperialista (regimes de Segurança Nacional, Trilateralismo etc.). No processo a Igreja alarga significativamente sua base social, em direção às classes média e populares. Ela passa da posição de defensiva contra o liberalismo para o da ofensiva contra o subdesenvolvimento. De uma Igreja centrada em devoções formais e em manifestações religiosas de massa, absorvida com problemas familiares e educacionais, avança-se para uma Igreja aberta aos problemas sociais e políticos, sensível ao grito dos oprimidos. Inicialmente emerge uma espécie de «populismo eclesialístico» que permite à Igreja conquistar largos setores das classes médias e populares, em romper sua aliança com os grupos oligárquicos. Mas, lentamente, esta situação se torna mais e mais conflituosa. Para a Igreja se coloca um dilema ineludível: ou ela faz corpo com o povo e com sua aspiração libertária, participando de suas lutas e de sua marginalização, aceitando o conflito gerado pelo rompimento com o sistema discricionário e excludente, ou ela mantém e prolonga a aliança com o Estado capitalista e com as classes que nele se representam, garantindo a paz para sua atividade pastoral, mas ao preço de não poder evangelizar os pobres nem denunciar a violação dos direitos humanos.

A IIª Conferência Geral do Episcopado Latino-americano realizada em

Medellín (1968) fez uma opção histórica. A Igreja optou pelo povo, pelos pobres, por sua libertação integral e pelas comunidades eclesialísticas de base. Aqui se erige o marco básico e oficial da nova Igreja que se propõe encarnar-se nas classes dominadas e mantidas subalternas. Desde os tempos dos mártires (os três primeiros séculos) que não se ouvia uma linguagem assim.

Os anos que se sucederam a Medellín significaram para a Igreja um esforço gigantesco de tradução desta opção fundadora para uma nova prática eclesial. Efetivamente, de Medellín (1968) a Puebla (1979) e Igreja configurou uma nova imagem: solidária com as causas dos pobres, corajosa face aos Estados autoritários defensora dos direitos dos humildes e encarnada muito mais nos meios populares, com milhares de comunidades eclesiais de base onde o povo se reúne para rezar, refletir junto e organizar práticas comunitárias de sentido libertador. Os conflitos internos certamente persistem, pois não é fácil abandonar práticas ligadas aos privilegiados da sociedade e definir um novo lugar social — o povo — a partir do qual fala, se organiza e se age. Mais e mais, entretanto, se firma a convicção de que a opção pelo povo e sua libertação é irreversível. Estamos no advento de uma Igreja popular, articulada com o movimento popular de luta pela justiça, por maior participação e poder decisório.

Esta opção exigiu um preço à Igreja: contam-se cerca de 900 o número de pessoas ligadas, diretamente, à pastoral que nos últimos 10 anos foram perseguidas ou presas, expulsas, torturadas ou mortas; entre elas há índios, leigos, freiras, padres e até bispos.

O Documento de Trabalho de Puebla o principal material de debates para a

Assembléia episcopal — reflete todo o conflito que atravessa atualmente a sociedade e o corpo eclesial. Por um lado reassume, decididamente, as perspectivas consagradas em Medellín e confirmadas nos últimos 10 anos em favor dos pobres, da libertação, da religiosidade popular, da justiça etc., por outro, reflete também os velhos compromissos históricos com a situação social vigente. Nesse sentido, ele é fiel à realidade da Igreja latino-americana.

A tese central se situa numa linha de povo: valorizar a cultura cristã presente na alma e na história de nosso povo, reforçar sua resistência, assumir e potenciar sua força transformadora em direção de uma sociedade mais simétrica. Entretanto, atribui-se a esta cultura cristã uma missão para a qual ela não está equipada: gerar uma nova civilização, endireitar os desvios da sociedade industrial secularista e injusta. O problema axial da América Latina não é de ordem cultural, mas de ordem social: como ser cristão num mundo de explorados? Só o podemos, se os cristãos se comprometerem com práticas de libertação, opondo-se a esta forma de convivência que marginaliza e cria cada dia mais pobres e articulando-se com as forças capazes de apresentar uma alternativa mais justa, participada e humana de sociedade.

De todas as maneiras, ao longo de todo o texto a posição do povo é continuamente visualizada. Assim por exemplo, na parte analítica do Documento, quando se apontam os grandes impasses e contradições sociais, é dito taxativamente: «A Igreja... escuta as aspirações de seu povo, sejam aquelas que ele expressa claramente, sejam aquelas que apenas balbucia. Em sua aspiração a uma salvação total que não se esgota no quadro da existência temporal, o povo latino-americano inte-

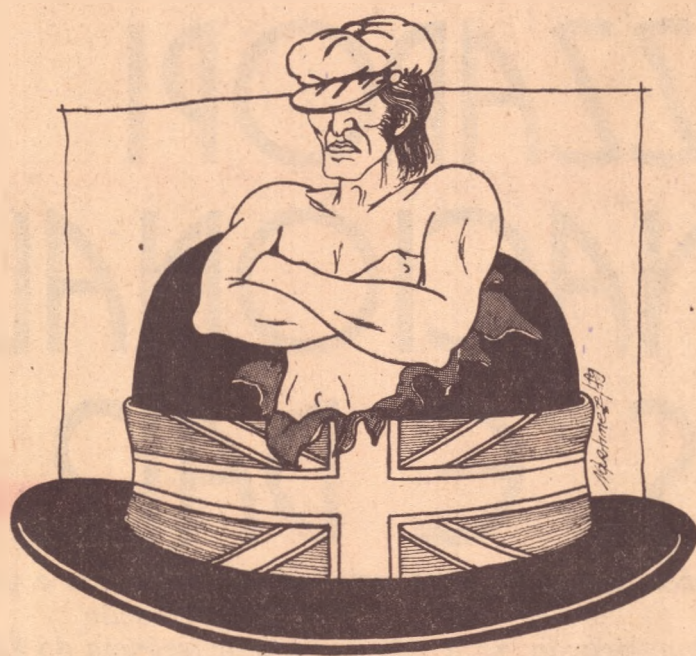
gra o anelo por uma libertação histórica» (n. 51-52). Portanto, não atende apenas à salvação eterna, mas também à libertação histórica que traduz para o tempo o que significa a salvação eterna. O documento considera como um escândalo e uma contradição com a realidade cristã o fosso profundo entre ricos e pobres» (n.77). Além disso, constata duramente «como o mais devastador e humilhante flagelo, a situação inumana e a extrema pobreza em que vivem milhões de latino-americanos, expressa em salários de fome, em desemprego e subemprego, desnutrição, mortalidade infantil, falta de moradia adequada, problemas de saúde etc.» (n. 79). Acusam-se os «modelos econômicos que exigem um grave custo social e que foi injustamente pago pelos mais pobres e pelos setores da classe média» (n. 81). Denuncia também os regimes de força, a repressão e a sistemática violação dos direitos humanos.

E pena que o Documento, ao tratar de identificação das causas principais geradoras de tal miséria, se mostre temente, não querendo se comprometer com uma determinada racionalidade científica capaz de desmascarar as ilusões do modo de produção capitalista. Em vez disso, ele se refugia num diagnóstico moralizante, ficando aquém de muitos documentos de episcopados nacionais, que tiveram a coragem de colocar o dedo na ferida.

De todas as formas, podemos alimentar a esperança de que Puebla não desfrustrará as esperanças que muitos colocam na força libertária da Igreja, especialmente a partir de suas bases. Já se propalou um slogan que circula em ambientes de Igreja: «Si en Puebla no estará un pueblo no será Puebla». Se Medellín significou o batismo da nova Igreja que fez uma opção preferencial pelos pobres, Puebla será certamente sua confirmação.



# Velho reino em polvorosa INGLATERRA



Como sempre acontece, na inflação os preços aumentam muito mais rapidamente que os salários e os trabalhadores se rebelam contra o pacto social. Da imprensa inglesa, por sinal a mais conservadora da Europa, chegam impropérios contra o regime trabalhista, preparando o terreno para uma provável eleição antecipada. Ao governo não sobram muitas alternativas: se declara o Estado de Emergência, proibindo as greves, perde o apoio da massa trabalhadora e a influência do partido sobre a classe operária fica problemática; apoiando as reivindicações, põe abaixo o Pacto Social, o que tornaria a situação insustentável para um governo moderado, do tipo do atual gabinete Callaghan. Assim, o aparelho trabalhista tenta «cavalgar» a combatividade operária, tentando controlar suas bases. Conseguirá assegurar as pontas, sem ser ultrapassado à direita ou à esquerda?

## Fim do «Pacto»

Na verdade, o que está em questão é a política do «pacto social», base de sustentação dos trabalhistas no poder. Essa política, através da conciliação entre trabalhadores, empresários e governo — permitiria, em tese, o controle geral de preços e salários, com a finalidade de conter a inflação.

Ela está em vigor há mais de três anos. Para sua quarta fase, o governo trabalhista fixou um teto de reajuste a vigorar nos contratos homologados dentro do prazo de um ano (de agosto a julho). Esse índice revela claramente a intenção de Labour de jogar sobre os trabalhadores o maior peso da crise britânica. (1) O teto da terceira fase do «pacto social» foi de 10% mas, como acontece neste ano, a pressão das bases sindicais conseguiu impor reajustes relativamente maiores.

Mesmo assim, a renda pessoal disponível — após descontados os efeitos da inflação — registrou quedas sucessivas em 1978. O que demonstra que os preços — cuja contenção é outro pilar do «pacto» — avançaram muito mais que os salários. Trata-se então, não apenas de reajustar os salários, mas de recompor o poder aquisitivo dos trabalhadores britânicos. Entre eles os mais penalizados pela crise são exatamente os funcionários públicos (1,5 milhão em greve nesta segunda-feira, reivindicando até 40% de reajuste), de serviços (motoristas e ferroviários) e dos setores menos avançados da economia (têxteis, manufaturados, etc.), cujas próximas disputas salariais prenunciam novos conflitos.

## Suavizar a crise

A deterioração do estado de emergência é apenas uma medida paliativa, que retiraria dos conservadores e dos empresários reunidos na Confederação Britânica de Indústria (CBI) um de seus trunfos para debilitar o governo

britânico e os trabalhistas, culpados perante a «opinião pública», em campanha diária nos meios de comunicação, pela falta de produtos alimentícios nos supermercados e pela dispensa de trabalhadores industriais em decorrência da escassez de matérias-primas.

O último estado de emergência foi decretado na Grã-Bretanha no inverno de 1973/74, quando o país foi atingido por uma onda de greves dos mineiros, ferroviários, trabalhadores no setor de energia elétrica, etc. Essa medida permite ao governo requisitar caminhões e tropas, para manter o suprimento de produtos e o funcionamento de serviços considerados essenciais.

Embora o estado de emergência permita ao governo suavizar os efeitos das atuais paralisações, a combatividade demonstrada até o momento pelos trabalhadores dos diversos setores em greve não se detém diante das propostas de conciliação dos sindicatos e trabalhistas. Ela coloca em cheque — e por mais uma vez — a política do «pacto social», que vem permitindo ao Labour manter-se no poder.

Se os conflitos persistirem na escala atual e os conservadores sentirem-se o suficientemente fortes, sua atitude poderá ser a de apresentar uma moção de desconfiança ao governo trabalhista no Parlamento. Se ela vencer, haverá novas eleições gerais e os conservadores poderão voltar ao governo. Se isso ocorrer, ao invés da conciliação do Labour e sindicatos, a forma de conter os trabalhadores será mais rígida. E, portanto, sem disfarces.

(1) Entre os países capitalistas avançados, a Grã-Bretanha é dos mais afetados pela crise econômica internacional: sua indústria siderúrgica sofre as consequências da estagnação do setor a nível mundial; na luta pela manutenção ou conquista de mercados, no contexto de uma onda protecionista de grandes proporções, os produtos do país vem perdendo competitividade. No último trimestre de 1978, houve uma queda de 1,5% na produção e de 0,25% no consumo.



## IRÃ Derramou o xá. Agora é o Ayatollah.

O poderoso xá do Irã foi para o exílio, com a família real e tudo. Deixou esperança de que o governo do primeiro-ministro Shapur Bakhtiar (ex-direção) consiga «repor a normalidade no país.» para, quem sabe, Reza Pahlavi voltar a reinar um dia, como o fez durante longos e sangrentos 37 anos. Esta esperança, contudo, igual a um mentiroso de pernas curtas, está se acabando com a aproximação do dia em que o ayatollah Khomeini, um representante de Deus, segundo a religião muçulmana xiita, deixe o seu exílio em Paris e desembarque, com o novo governo já montado, no principal aeroporto da modernizada Teerã.

As massas iranianas não arredam pé das ruas e, tudo indica, não se propõem fazê-lo enquanto o Irã não seja transformado, sob a direção de Khomeini, num novo país. Para tal, Khomeini, do seu procurador reduto de Paris, não deixa de manter acesa e sempre com mais lenha a fogueira da oposição. Logo que o xá deixou Teerã, chorando, Khomeini declarou alto e bom som: «A partida do xá ainda não é a vitória. É apenas o prefácio da vitória». Anunciou, então, a constituição de um governo provisório muçulmano, deixando claro que, tal governo é que seria encarregado de organizar eleições gerais no país para a formação de uma Assembleia Constituinte. O ayatollah, se as massas despertadas deixarem, ficará apenas, segundo ele, com a função de ser «o guia espiritual dos iranianos» e não com a chefia do governo.

As forças armadas iranianas, entretanto, estão vivendo momentos deci-

vos. De um lado, começam a se desintegrar, com a adesão cada vez maior, e em praça pública, de oficiais e soldados às manifestações oposicionistas; de outro, estão sendo desesperadamente preparadas para assumir o controle direto do país, tão logo Khomeini chegue e o governo de Bakhtiar não se segure nas pernas bambas. Golpe. Golpe. É o que os observadores políticos e os meios diplomáticos ocidentais mais comentam. Até o momento, contudo, a decisão de luta, o sacrifício à toda prova, a resistência imbatível das massas oposicionistas ao regime do xá e a tudo por ele representado têm impedido, têm contido, as pretensões golpistas dos militares. A Cia, que criou a Savak, uma das mais temíveis polícias políticas do mundo, e que errou redondamente em suas previsões sobre o desdobramento da crise no Irã, está tentando se recuperar a todo custo, procurando garantir as bases de dominação imperialista no país, via o golpe de Estado.

Não é para menos. Se Bakhtiar, um moderado e conciliador com o regime, está prometendo intransigência na questão do Oriente Médio e da África do Sul — boicote de petróleo, no mínimo —, o que o Ocidente capitalista pode esperar de um regime muçulmano de tendência de esquerda, controlando toda a riqueza do Irã? Esta pode não ser ainda a hora e a vez das massas iranianas, que têm sofrido na carne o estrebuchar do regime. Mas, sendo a vez de Khomeini, já dará bastante dores de cabeça ao imperialismo.

## CHILE A ditadura é julgada nos EUA

Uma das grandes ousadias da ditadura do general Augusto Pinochet, depois de matar e «desaparecer» dezenas de milhares de opositores chilenos e de participantes do governo socialista da Unidade Popular, foi a de assassinar, em pleno centro de Washington, a capital do imperialismo, o ex-chanceler de Salvador Allende, num atentado a bomba. Ousadia por quê? Afinal não foram os Estados Unidos que ajudaram de todas as formas a realização do golpe e o morticínio que lhe veio em decorrência? Sim. Mas façam isso lá em seus países, diria tio Sam, particularmente na versão renovada de Jimmy Carter, e não aqui, no reino da democracia e da liberdade ocidental. Consequência: o crime está sendo julgado, agora, pela justiça norte-americana Réus: alguns exilados cubanos anticomunistas, o chileno-norte-americano, Michael Townley (peixes miúdos, executores do crime), o general, ex-chefe da DINA (polícia secreta criada pela ditadura), Manuel Contreras Sepulveda, e dois outros membros das Forças Armadas Chilenas (estes, peixes mais graúdos). Em suma: a ditadura do general Pinochet é que está sendo julgada nos EUA. Por enquanto, nos EUA.

Townley, que de fato nasceu nos EUA, resolveu cooperar com a Justiça para receber uma pena leve. A lei lá prevê isso. E abriu o jogo e entregou tudo mundo. Uma história real, mas

que seguiu os lances emocionantes de qualquer bom romance policial. A articulação das polícias do chamado Cone Sul ficou, mais uma vez, desmascarada. Os retratos dos dois membros das Forças Armadas chilenas que, junto com Townley, foram para os EUA praticar o atentado, só foram descobertos no Paraguai. (E por falar em Cone Sul, como vai o sequestro dos uruguaios no Rio Grande do Sul?). Agora, em Santiago, Contreras e os outros dois estão detidos — num hospital — gente fina é outra coisa —, esperando a justiça — justiça? — chilena decidir sobre o pedido de extradição feito pelos EUA.

Vamos ver como Pinochet — o general do sangue — segura esta.

Como bem lembra Altamiro na abertura do seu livro, recentemente editado aqui — *Dialética de uma Derrota* — quando Allende foi eleito os chilenos ocuparam alegremente todo o Chile e nem um vidro foi quebrado, apesar de a burguesia ter fugido para o fundo de suas mansões, trêmula de medo, apavorada pelos efeitos de sua propaganda mentirosa sobre os ânimos destruidores das massas em liberdade. Três anos depois, numa outra noite de setembro, quando o governo constitucional foi derrubado, e a festa agora era da burguesia, o sangue correu solto, os gritos de dor indignaram o mundo, e o rio que corta a capital se encheu de cadáveres. Isto também será julgado, ainda. E não nos EUA, mas no Chile mesmo.

## NICARÁGUA

### Adeus mediação. De novo, a guerra.



O comandante Zera, do Frente Sandinista.



Um guarda de Somoza.

A Comissão Internacional de Mediação lançou sua última — será que é a última mesmo? — cartada, tentando, sob o impulso da diplomacia norte-americana, conseguir uma saída pacífica para a deposição do ditador Anastasio Somoza. A Comissão já recuou bastante em suas propostas e o ditador não cede quanto ao essencial. Não aceita sair do país; não aceita que uma comissão da OEA supervisione a preparação e realização de um plebiscito popular; não admite, qualquer que fosse o resultado do plebiscito, deixar o governo antes de 1981, quando termina o seu mandato.

Em função da intransigência total de Somoza, a Comissão praticamente entregou os pontos. É a guerra de guerrilhas voltou a se acirrar. Todos os dias registram-se combates entre opositores em armas e os soldados da Guarda Nacional, última base de sustentação da ditadura.

Mas a própria Guarda começa a tremer nas bases, não vendo luz no final do túnel (até que effim, na nossa América, são eles que não vêem a tal luzinha).

Tudo indica que, mais uma vez, uma nova guerra está prestes a começar.



## O PCI, a DC, o proletariado e a crise

Na semana passada, o Partido Comunista Italiano (PCI) divulgou críticas severas à Democracia Cristã (DC), pondo em cheque o apoio tácito concedido até agora ao governo do primeiro-ministro Giulio Andreotti. No quebra pau que se seguiu, com respostas enfáticas da DC, o que não ficou claro foi o processo mais profundo de crise que vive hoje a Itália. Este artigo, que parte de mais uma superficialidade publicada recentemente pela grande imprensa, procura discutir justamente sobre as relações mais profundas entre a crise econômica do PCI junto aos trabalhadores, os impasses da DC e algumas perspectivas que se abrem.

R. VERDI

### PCI e DC

Recentemente apareceu no noticiário da imprensa diária uma pequena nota dando conta que na Itália estão ocorrendo greves movidas por falta de vontade dos operários para trabalhar.

De duas, uma: ou confirma-se a «tese» de que «pobre só trabalha com coiteira curta», ou então estas greves são sintomas de processos agudos que estão se desenvolvendo na Itália. Optando pela segunda hipótese, podemos ver nesse país, marcado pela maior combatividade do Ocidente, o começo de uma série de desenvolvimento da luta de classes que adiantam a evolução possível dos outros países da Europa Ocidental e, quem sabe, dos polos industrializados da América Latina.

A Itália pode ser considerada o último dos países desenvolvidos ou o primeiro dos subdesenvolvidos, a gosto do analista. Nela se combinam a maior base industrial do mundo (a fábrica da FIAT em Mirafiori) com um Sul típica-mete agrícola exportador nos últimos 15 anos, a menor relação população/número de empregos da Europa (cerca de 35%) e um imenso contingente de jovens que nunca encontraram empregos. Assim, o problema crucial do proletariado italiano vem da profunda descontinuidade do seu perfil, existindo tanto operários que podem se classificar entre os mais produtivos do mundo, quando jornaleros agrícolas trabalhando com técnicas herdadas do feudalismo. Nas grandes empresas da Indústria Metalúrgica a combatividade operária força os patrões a responderem com fábricas cada vez mais modernas que expulsam mão de obra por intermédio da mecanização de cada vez maior número de tarefas e, assim, de ritmos de trabalho mais intensos. No outro extremo, temos os reaparelamento do trabalho a domicílio, onde a mão de obra desocupada tem de aceitar qualquer coisa para sobreviver. Já o velho Marx considerava ser esta a forma mais antiga e brutal de exploração capitalista. E a crise dos outros países da Europa, (principalmente França, Bélgica e Suíça) despejando de volta a mão de obra exportada pela Itália só faz piorar a situação.

Mas os operários seguem o PCI, o que só pode ser entendido se lembrarmos que os ritmos seguidos pela consciência operária não se movem através da crítica de programas abstratos de governo, mas lutando e reconhecendo as lideranças e métodos que já deram resultado. E comparativamente os sindicatos sob a influência do PCI são os que mais conseguem vitórias nas cidades administradas pelo PCI se resolvem mais problemas e o PCI foi o grande campeão da Resistência Antifascista. Por tudo isso, o PCI é o líder para o proletariado italiano e goza de largo crédito, e assim permanecerá enquanto for capaz de levar adiante as reivindicações da classe. Mesmo se isso deixar de acontecer, novas lideranças só podem ser reconhecidas se adquirirem crédito em lutas concretas.

### As brechas

Mas isso não quer dizer que não hajam brechas. Elas existem e nela penetram as agrupações da esquerda revolucionária, que na Itália adquiriram uma configuração bastante peculiar. As diferenças ideológicas não obedecem lá a tradicional divisão entre trotskistas, maoístas e guevaristas. Se bem que esses grupos existam, estão dentro de articulações que levam em conta primeiramente o específico da realidade nacional e que se efetivam normalmente ao nível de fábrica, sindicato e movimento de bairros. Um dos movimentos mais interessantes é o do «operarismo» (obrerismo), que nada tem com a antiga linha obreirista do Partido Comunista Brasileiro. Trata-se de uma proposta de politizar diretamente o cotidiano da fábrica, desprezando explicitamente muitas das mediações que encobrem a realidade de exploração a que está submetido o operário, o que é possível graças à enorme experiência acumulada pelo operariado italiano. Basicamente, podemos dizer que se trata de uma tentativa de sistematização do ponto de vista do operário da sociedade capitalista. Assim, o processo da introdução de inovações tecnológicas é visto diretamente como uma reação dos capitalistas as conquistas já realizadas pelo proletariado, o que corresponde perfeitamente a experiência de lutas de um operário avançado. O movimento foi iniciado em 1961, com a Revista «Quaderni Rossi», e embora fracassando como alternativa organizacional, persiste como corrente no seio de diversos agrupamentos políticos, do PCI ao revolucionário *Lotta Continua*. (hoje, em busca de novos caminhos e sem estrutura orgânica definida).

É no problema crucial de resposta à crise que aparece mais claramente o que é o ponto de vista do operário. Enquanto que a direção do PCI propõe um regime de austeridade que racionalize o capitalismo italiano, canalizando a combatividade operária, aumentando o ritmo de trabalho das empresas sem contrapartida de aumento salarial o que serviria para viabilizar uma pouco provável expansão do capitalismo italiano às expensas das outras economias

## Grevistas

Motoristas de caminhão — começou no início de janeiro, com a adesão de mais de 50 mil trabalhadores. Em 11 de janeiro, a Transport and General Union (TGWU) resolve decretar a greve oficialmente, paralisando assim 180 mil motoristas. Eles reivindicam um reajuste de 25% e já rejeitaram a oferta de 15% feita pelos empresários do setor.

Ferrovários — os maquinistas de todo o país paralisaram os serviços de trem nos dias 16 e 18 de janeiro, reivindicando um adicional de 10% sobre o reajuste a ser negociado em meados do ano. Na terça-feira desta semana, eles prometiam nova greve, caso não fossem atendidos.

Funcionários Públicos — Reivindicando reajustes de até 40%, 1,5 milhão de funcionários públicos entraram em greve nesta segunda-feira, paralisando serviços em hospitais, escolas, serviços de água e esgotos e em alguns aeroportos.

Motoristas de ambulância — Os 3 mil motoristas de ambulância de Londres também paralisaram o trabalho nesta segunda-feira, aderindo ao movimento dos motoristas de caminhão. O salário mínimo dos motoristas de ambulância em Londres é de 38,40 libras (cerca de Cr\$ 1.600) semanais e de 44,80 libras (cerca de Cr\$ 2.000) para os trabalhadores mais antigos. Eles reivindicam um reajuste para 65 libras e 74 libras, respectivamente.

### Programa

— Redução radical da jornada de trabalho para 35 horas (atualmente é de 48 horas);

— Repartição do trabalho entre todos os trabalhadores (escala móvel de horas de trabalho);

— Manutenção dos atuais níveis de salários e da escala móvel de salários;

— Reabertura, com controle operário das empresas falidas e fim do segredo contábil e bancário.

Esse programa permitiria a união dos interesses da massa desempregada e subempregada, que retornaria à atividade, com as parcelas mais avançadas do proletariado, que poderia, assim, ver diminuída a sua exaustiva carga de trabalho. Mas esta seria uma reivindicação totalmente contrária à lógica do capital. Sabendo que podem trabalhar menos hora e menos intensamente, por que os operários iriam consentir com a volta do antigo regime de 48 horas de trabalho e intensidade galopante? Por que permitiriam a volta da velha hierarquia e dos padrões nas fábricas, depois do controle operário?

O PCI, nas atuais circunstâncias, jamais encamparia um programa como esse, uma vez que é de opinião que qualquer conflito decisivo entre as duas grandes classes italianas só poderia significar uma enorme derrota do proletariado, que poria em risco as conquistas já adquiridas. Mas uma eventual vitória da esquerda nas próximas eleições (já se começa a falar de antecipação) poria em marcha muitos anseios reprimidos e poderíamos ter uma reversão nas lideranças. Sob pressão das massas a atual direção poderia ser obrigada a seguir uma linha diferente da preestabelecida, ser substituída por outra direção e, mesmo, poderíamos vir a assistir — não tão logo — à substituição do PCI como partido histórico do proletariado italiano.



INVASÃO CULTURAL - ÚLTIMA PARTE

# MAZZAROPPI É NACIONAL. MAS, E DAÍ?

*Não basta apenas denunciar o imperialismo informativo e pedir a nacionalização da produção e da circulação, nem solicitar a interferência do Estado, sem antes identificar este Estado e a quais classes sociais ele serve.*  
*A liberação das atuais estruturas de dependência informativa depende da liberação, política econômica e cultural, total. O mais importante é buscar formas de comunicação alternativas e democráticas que superem o caráter comercial ou autoritário dos meios.*  
*A inspiração para os conteúdos está nas culturas nacionais populares, historicamente marginalizadas.*  
*A resistência à dominação, presente nas expressões populares, deve ser recuperada.*

Por Luiz Gonzaga Bago Mota, de Brasília

A intensidade da polémica internacional sobre a dependência cultural e informativa é um reflexo da tomada de consciência entre os povos colonizados e de sua própria identidade. Os países chamados não alinhados e outras nações subdesenvolvidas passaram a reclamar completa soberania informativa. E começam a entender que são eles próprios que têm de modificar esta situação de desigualdade e se descolonizar com a firme determinação de criar uma nova ordem internacional no campo da comunicação.

Conferências foram realizadas na Algéria (1973), Equador (1975), Índia, Tunísia, México e Costa Rica (1976) e muitos outros países para discutir específica ou secundariamente a questão, às vezes sobre o patrocínio da UNESCO. As recomendações destas conferências unanimemente reclamavam a implantação de uma nova ordem informativa internacional, a elaboração de políticas de comunicação que estabelecessem a soberania das nações e suas prioridades, o acesso igual às fontes de informação e um controle igualitário dos canais internacionais de disseminação.

A Conferência Intergovernamental sobre políticas de comunicação na América Latina e Caribe realizada em São José da Costa Rica em julho de 1976 sob o patrocínio da UNESCO foi um marco especialmente para os países da região. Depois de declarar que a comunicação livre e espontânea e o acesso à participação em todos os bens culturais são necessidades e direitos vitais do homem e de reconhecer igualmente que o atual balanço é desfavorável à região, os vinte países presentes enfatizaram a necessidade de substituir o critério de livre fluxo de informações pelo de circulação equilibrada.

Este novo critério, segundo os países presentes, deveria orientar a elaboração de políticas, planos e novas legislações que tornassem possível o advento de relações de comunicação mais equilibradas tanto a nível nacional como internacional. Para isto, segundo as recomendações da Conferência, seria necessário dar-se plena liberdade aos meios de comunicação, estimular o surgimento de novas agências nacionais e regionais, de serviços de rádio e televisão de alcance nacional de internacional que respeitem a integração e circulação equilibrada, de mecanismos próprios de estímulo à imprensa geográfica e economicamente menos favorecida, fomen-

**Em certa medida, o Brasil começa a se tornar também imperialista no campo da informação. A Rede Globo, que hoje retém 85% da verba publicitária destinada à televisão no Brasil, já passou de importador de enlatados a exportador produzindo e distribuindo suas xaropadas para 51 canais de televisão de 23 países.**

tar o cinema nacional e sua distribuição, fortalecer os sistemas editoriais nacionais e regionais e todos os demais instrumentos e normas que configurem políticas coerentes destinadas a favorecer uma maior participação das nacionalidades latino-americanas e do Caribe nos fluxos internacionais de comunicação e informação.

São tantos os considerandos e tão amplas e variadas as recomendações que torna-se quase impossível aos países participantes da Conferência executar, mesmo parcialmente, as disposições sugeridas, ainda mais levando-se em conta que o encontro reuniu países de matizes políticas e econômicas tão diferenciados como Cuba e Chile, Haiti e Venezuela. Para elaborar suas políticas de comunicação cada um destes países terá que definir responsabilidades dos setores públicos e privados, necessidades e prioridades da população, garantir o acesso de todos os grupos sociais aos meios disponíveis, definir-se sobre o problema da tecnologia do setor etc.

Claro entretanto que os diferentes grupos sociais existentes por trás de cada estado latino-americano é que, de fato, vão determinar estas prioridades, invalidando grande parte se não a totalidade das recomendações. Elas terão significados diferentes para cada um destes grupos.

As divergências, entretanto, não invalidam a discussão em torno dos temas. Para as forças progressistas de cada país resta saber o que fazer diante de tão variadas sugestões. Duas questões parecem prioritárias:

- a nacionalização da produção e distribuição da comunicação;
- a participação do Estado, sabendo-se já que mais do que em qualquer outra parte do mundo subdesenvolvido, prevalece na América Latina a iniciativa privada neste setor.

Toda esta grita contra a excessiva dependência informativa parece levar a um consenso geral de que é preciso nacionalizar a produção e circulação do conteúdo informativo e recreativo dos meios de comunicação de massa. A verdade, entretanto é que esta nacionalização já começou em alguns países latino-americanos como o México e o Brasil. Em nosso país parece que houve um acordo tácito entre o governo e as empresas. O próprio Ministro das Comunicações depois de tantas ameaças às empresas, ratificou várias vezes que o governo não pretende interferir na área da iniciativa privada.

A Rede Globo, que hoje retém 85% da verba publicitária destinada à televisão no Brasil, sentindo-se provavelmente ameaçada pelas falas do governo, gaba-se hoje de ter, no horário nobre (entre 18h30m e 23h.), uma média semanal de 33.16% de material veiculado de origem nacional e apenas 16.84% importado. Um release recente da Rede Globo diz que poucos países do mundo apresentam hoje um índice de programação nacional como ela, mesmo quando «para cada produção nacional os custos são... no mínimo algumas dezenas de vezes superiores à simples compra da programação estrangeira.»

Na verdade, a Rede Globo já passou de importador a exportador de programas de televisão. Outro release da emissora diz que programas produzidos e distribuídos por ela estão sendo vistos em 51 canais de televisão de 23 países. Segundo a emissora, «um jeito brasileiro de fazer televisão, que agora atravessa nossas fronteiras e começa a despertar a atenção e preferência do público lá fora. São mais divisas para o país e vantagens para todos que participam desta conquista. A televisão feita no Brasil está indo cada vez mais longe». Passamos, portanto, da condição de país dependente para a de imperialista.

Todos estes índices de nacionalização da programação indicam alguma mudança na qualidade do conteúdo da TV em nosso país? Parece que não. Silvio Santos e Flávio Cavalcanti estão aí, filmes tipo Kojak, Baretta e outros continuam espalhando tiros, socos e pontapés, as novelas continuam derramando lágrimas pelo Brasil afora. No caso do cinema, a nacionalização promovida pelo MEC e Embrafilme também não modifica muito o panorama. Apesar de todos os incentivos e financiamentos, o filme que mais arrecadou entre as produções nacionais de 1970 a 1975, foi Jeca Macumbeiro, de Mazzaropi. E nacional mas, e daí?

As novelas da Globo são todas produções nacionais. Elas têm uma média de 120 capítulos. Cerca do dobro do tempo exibido é gravado em fita, empregando autores, artistas e pessoal técnico brasileiro. Isto implica necessariamente que as coisas estão mudando? Ora, apontar índices de nacionalização da nossa TV comercial não resolve, se a produção da mercadoria cultural continua sendo regida pelo custo e a circulação, pela competição de mercado. Estas regras básicas vão sempre puxar para baixo o nível do conteúdo na busca do que as emissoras chamam de «denominador comum». Além disso, muita coisa feita aqui é simples cópia descarada dos modelos estrangeiros. My Dear, música da novela Duas Vidas, da Globo, foi recorde de execução. Seu autor, o brasileiro João de Oliveira Santos. She's My Girl, música mais tocada em 1970, cujo autor no selo da gravadora era Morris Albert é, de fato, Mauricio Alberto. Tanto o «autenticamente nacional» como a grotesca falsificação do estrangeiro em nada contribuiram para atender as necessidades reais e interesses do povo brasileiro, nem para elevar o nível de consciência das camadas populares sobre seus problemas sociais.

Grande parte das medidas sugeridas pela UNESCO ou por outros órgãos internacionais para equilibrar o fluxo da informação e elevar o nível da comunicação no mundo, implica uma ação decisiva do Estado no sentido de planejar e reorientar a produção e circulação da comunicação nos países subdesenvolvidos. Recomenda-se expressamente aos Estados que formulem políticas de comunicação integradas aos planos de desenvolvimento econômico e social e que os governos iniciem atividades que permitam criar e pôr em funcionamento sistemas nacionais de comunicação social. Estas medidas significam, na prática, maior interferência do Estado na área da comunicação.

Ora, também esta estatização já começou em vários países subdesenvolvidos, principalmente naqueles que estão se desenvolvendo dentro dos marcos da dependência econômica e entrando na fase do capitalismo monopolista do estado, que acentua os aspectos concentracionistas e excludentes deste capitalismo. Isto é verdade para o Brasil, para o México, para a Argentina e outras

**O Estado brasileiro atrelou os problemas culturais e de comunicação aos planos nacionais de desenvolvimento fazendo deles instrumentos de «segurança nacional» e do capitalismo predatório».**

**Comunicação internacional: em busca de uma nova ordem.**

*No Brasil, a propaganda, a censura, a Lei Falcão, e outros mecanismos de manipulação e controle dos meios de comunicação demonstram os riscos de se solicitar a intervenção do Estado.*  
*Os meios de comunicação no capitalismo moderno são parte do aparelho repressivo-ideológico do Estado*

estúdios. No Estado de S. Paulo a durou até janeiro de 1975, na revista Veja, até maio do mesmo ano, nos jornais Tribuna da Imprensa, O São Paulo e Movimento só terminou recentemente. Neste último jornal, até o número 126, em novembro de 1977, a censura vetou integralmente 2479 artigos num total de 16.294 laudas e 2.972 ilustrações. A censura ao rádio e televisão continua vetando e proibindo sem qualquer critério. A noção liberal de «liberdade com responsabilidade» foi substituída pela noção autoritária de «liberdade vigiada».

A propaganda, a censura, a Lei Falcão e outros mecanismos de manipulação e controle dos meios de comunicação, demonstram os riscos de se solicitar a intervenção do Estado. Os meios de comunicação no capitalismo moderno são parte do aparelho repressivo-ideológico de Estado. Este Estado centralizado e forte, creceu além das fronteiras liberais e alargou sua atuação, através da tecnoburocracia e da ideologia de segurança nacional, por todos os setores da sociedade civil.

Aparecendo, em princípio, como uma reação ao liberalismo absoluto que prevalece na maioria dos países capitalistas na área da informação (e que se justifica através de um pseudo conceito de «liberdade de imprensa»), a proposta de implantação de políticas de comunicação através do planejamento racional que regule a circulação de mensagens parece boa. Mas, substituir o laissez-faire pelo autoritarismo estatal traz sérios riscos. Por trás de cada política há sempre um Estado e por trás de cada Estado há classes sociais com interesses específicos.

Se nacionalizar ou estatizar (através do controle ou da implantação de políticas nacionais de comunicação) não são soluções viáveis, que outras saídas existem para a disparidade de informação entre nações e entre grupos sociais distintos em cada nação? Como alcançar uma nova ordem informativa internacional e intranacional onde todos tenham igual direito de informar e ser informado, onde a comunicação vertical seja substituída pela horizontal? Que fazer?

Ora, não há fórmulas acabadas e receitas completas para um problema tão complexo. Podemos e devemos desmascarar a natureza comercial dos meios e mensagens da comunicação em nossas sociedades e as implicações que isto traz. Este é o primeiro passo. É importante mostrar que a informação não pode ser igualada a uma mercadoria qualquer e que a função de informar não é um negócio como qualquer outro. Ao contrário, como já disse alguém, a informação é um direito e um bem social.

Mas além desse primeiro passo, outras medidas mais concretas são necessárias à estratégia de ação das forças produtivas. Não basta apenas denunciar o imperialismo informativo e pedir a nacionalização da produção e da circulação da comunicação nem solicitar a interferência do Estado sem antes identificar este Estado e a quem ele serve. Estas medidas podem modificar parcialmente as coisas, desfocar o imperialismo informativo ou trazer riscos graves e consequências irreversíveis.

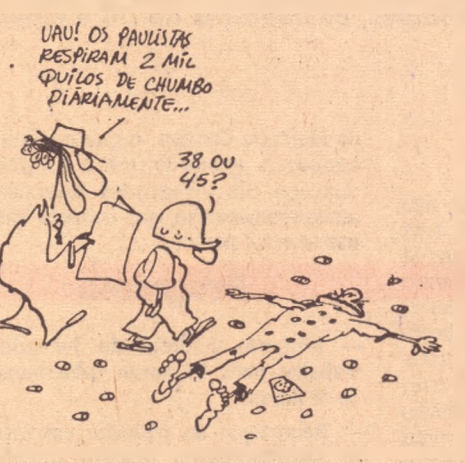
**A ARP se torna no maior anunciante da TV brasileira com um volume de publicidade superior ao dobro do 2º maior anunciante, a Gessy Lever. Se tivesse que pagar os anúncios, o governo gastaria em sete meses o equivalente a 71 bilhões de cruzeiros.**

É claro que devemos recomendar e exigir dos governos medidas que criem e fortaleçam as estruturas de informação nacionais dentro dos marcos das políticas de comunicação existentes sem deixar que elas se transformem em instrumentos de domínio destes governos sobre toda a sociedade. É claro que se deve exigir a participação das maiorias nacionais na gestão e execução de políticas nacionais de comunicação dentro de marco de interesses populares.

Mas não se deve fetichizar a comunicação. A liberação das atuais estruturas de dependência informativa não independe da liberação política, econômica e cultural total. Por isto, a questão básica não está em colocar o nacional contra o estrangeiro nem na substituição da iniciativa privada por um estado capitalista e autoritário na área da comunicação. O mais importante é buscar formas de comunicação alternativas e democráticas dentro do próprio sistema que levem à mudança estrutural para a liberação total. Menos do que estabelecer fórmulas, o importante é buscar, em cada momento, em cada situação e em função de realidades específicas, formas alternativas de comunicação que superem o caráter comercial ou autoritário dos meios e que faça de cada emissor um receptor e de cada receptor um emissor.

A inspiração para os conteúdos está nas culturas nacionais populares, historicamente marginalizadas. A resistência à dominação, presente nas expressões populares, deve ser recuperada. Um compromisso assim definido não é apenas conjuntural porque atravessa regimes. Permanece independentemente das transformações de superfície nas relações entre os Estados ou dentro dos Estados nacionais. Não é um compromisso (como as políticas de comunicação) transitório mas um fim a alcançar para o qual os trabalhadores da comunicação devem dirigir suas energias sem correr o risco de servir involuntariamente a interesses de dominação.

Hezil



O Jeca de Mazzaropi, recordista de bilhetera no cinema

**A propaganda governamental que hoje faz a ARP deixaria o ditador Getúlio Vargas ruborizado: uma pesquisa indicou que em apenas um dia, a transmissão repetida de anúncios oficiais curtos em sete estações de rádio da cidade de São Paulo ocupara um total de duas horas e meia. Nesta época pré-eleitoral o eleitor foi obrigado a engulir pela TV noventa minutos de publicidade badalativa do governo em seis canais.**

nações latino-americanas. Em nosso País, a crescente intervenção de um Estado autoritário na política e na economia refletiu-se também nos setores culturais caracterizando uma interferência e um controle ostensivo deste Estado sobre toda a sociedade civil.

Assim, o estado brasileiro atrelou os problemas culturais e de comunicação aos Planos Nacionais de Desenvolvimento, fazendo deles instrumentos da «segurança nacional» e do capitalismo predatório. O documento Política Nacional de Cultura do MEC, na sua página 30 diz: «Nesse rumo de concepções e na conformidade de nossa vocação democrática, a Política Nacional de Cultura entrelaça-se, como área de recobrimento, com as políticas de segurança e de desenvolvimento: significa, substancialmente, a presença do Estado como elemento de apoio e estímulo à integração do desenvolvimento cultural dentro do processo global de desenvolvimento brasileiro». Da mesma forma, o documento Política de Comunicações do Ministério das Comunicações, na sua página 10, afirma na parte referente aos objetivos deste Ministério: «A implantação de meios de comunicações em todo o território nacional tem sido levada a cabo independentemente da expectativa de um retorno imediato dos investimentos aplicados. A integração e a segurança nacionais são fatores condicionantes das obras em execução em larga extensão no País».

Na verdade, o estado brasileiro na sua atual versão autoritária, intervém de diversas formas sobre os meios de comunicação, subsidiando (Embrafilme por exemplo), produzindo (ARP, Radiobrás, Agência Nacional, Assessorias de Imprensa, TVs educativas, rojeto Minerva, etc.), regulamentando e controlando (Constituição, Lei de Imprensa, Serviço de Censura, Lei de Direitos Autoriais, Lei Falcão, Lei de Segurança Nacional, etc.), coordenando (INL, Concine, SNT, Política Nacional de Cultura, Embrater), veiculando (ARP, TVs Educativas, Projeto Minerva, e outros) mensagens de todo tipo.

Os objetivos básicos desta intensa ação dos aparelhos do Estado na área da comunicação são «informar» e «educar» mas, prevalece sobretudo o controle e a propaganda institucional e ideológica. A ação da ARP visa fundamentalmente legitimar um Estado ilegítimo, promover o governo e exalta a ação administrativa oficial, especialmente em períodos pré-eleitorais. Uma empresa de controle de propaganda, verificou que numa rotina sexta-feira de setembro de 1976 a transmissão repetida de anúncios curtos em sete estações de rádio da cidade de São Paulo, ocupara um total de duas horas e meio. Nesta época pré-eleitoral o aparelho de TV de um eleitor qualquer exibiu noventa minutos de publicidade do governo federal, divididos em seis canais. A ARP se transforma no maior anunciante da TV brasileira com um volume de publicidade superior ao dobro do 2º maior anunciante, a Gessy Lever. Mas, com uma diferença: a ARP não paga o tempo que ocupa no rádio e na televisão. Calcula-se que se tivesse que pagar pelos anúncios, a ARP gastaria, só na cidade de São Paulo, de março a setembro de 1976, a importância de 71 bilhões 456 milhões de cruzeiros.

Outro aspecto permanente das relações entre o Estado autoritário e os meios de comunicação no Brasil é a censura. Na sua fase atual, ela se instalou formalmente entre nós em dezembro de 1968 com a censura prévia, trocada depois pela autocensura. Os que se recusaram tiveram censores presentes em suas redações, oficinas e



# Nilson e a conciliação nacional de Figueiredo



## “Até Pinochet fornece passeporte aos exilados”

Da Argélia, o ex-deputado Maurílio Ferreira Lima, que pretende retornar brevemente ao Brasil, escreve uma Carta Aberta ao Ministro Azeredo da Silveira, das Relações Exteriores, na qual o acusa de tentar ludibriar a opinião pública na questão das negativas ao fornecimento de passaportes aos exilados brasileiros. Este semanário recebeu pelo correio a Carta Aberta, junto com duas outras correspondências enviadas pelo autor a Ulisses Guimarães e Jarbas Vasconcelos. Seguem os textos:

V. S. afirmando que não recebe passaporte por razões de Segurança Nacional.

### Humilhação

Quando tomei conhecimento do vosso telex, me senti humilhado como brasileiro. A vossa resposta avilta a dignidade do Ministério das Relações Exteriores e do seu titular. Um Ministério que tem a honrosa incumbência de representar o meu País, no Exterior, baixou ao nível de um anexo do DOPS, fornecendo informações de caráter eminentemente policial sobre um cidadão brasileiro.

Ao mesmo tempo que V. S. afirma que sou um caso de Segurança Nacional e que por isso não tenho direito a passaporte, segundo a Resistência Chilena, as Embaixadas do Brasil em Santiago, Montevideo, Assunção têm fornecido passaportes brasileiros com nomes falsos a estrangeiros a serviço da «comunidade de informações» dessas capitais, por ocasião de missões muito especiais, como assassinatos, atentados, sequestros contra lideranças políticas chilenas e uruguaias exiladas.

Finalmente Senhor Ministro, constato que a vossa passagem pelo Ministério não se caracterizará apenas pelos discursos bem elaborados na defesa dos

interesses dos países do 3º mundo. Vossa gestão, será pela nossa história, caracterizada também pela recusa de V. S. em registrar como cidadãos brasileiros centenas de crianças nascidas no exílio, pelos milhares de passaportes que V. S. confiscou no ato de renovação, pelo tripúdio aos direitos de milhares de brasileiros residentes no exterior.

Concluindo, constato que o TFR apesar de ter recebido o meu mandado em 5-5-78 entrou em férias regulamentares sem julgar o meu pedido. Não posso acreditar em acúmulo de serviço, pois outros Mandados similares impreteridos posteriormente ao meu, foram julgados. Interrogo-me sobre as razões que levaram o TFR a fazer o pedido dormir na gaveta do relator. Com a palavra o Ministro Oto Rocha.

Desejando que nas novas missões que lhe serão atribuídas pelo regime militar, V. S. não seja obrigado a agir em contradição com os princípios que V. S. dizia, esposar quando mais jovem, subrevo-me

Maurílio Ferreira Lima  
Cité Baranes Bt B 4 AP 49 Argel  
Argélia

## ACUSAÇÃO



Maurílio

ARGEL, — DE JANEIRO DE 1978 —

A imprensa brasileira divulgou que vosso Ministério tinha enviado aos Serviços Consulares do Brasil no Exterior, instruções determinando a entrega de passaporte a centenas de compatriotas que pretendem retornar ao Brasil e que arbitrariamente foram despojados pelo regime militar do direito inerente a todo e qualquer cidadão brasileiro de dispor do passaporte nacional.

Aproveitando a liberdade de informação conquistada a duras penas na nossa Pátria pelas forças democráticas através dessa carta aberta, pretendo alertar que a opinião pública brasileira está sendo ludibriada por V. S. e por vosso Ministério. Desminto formalmente que V. S. tenha enviado qualquer instrução ordenando aos Serviços Consulares o respeito a Lei brasileira ou seja, a entrega de passaporte nacional aos cidadãos desejosos de voltar ao País. Na verdade, aqui na Embaixada brasileira em Argel, aonde tramitam vários pedidos de passaporte, chegaram instruções de V. S. para fornecer esse documento apenas aos filhos menores dos exilados políticos. Portanto V. S. deveria ter a coragem de assumir a responsabilidade de dizer a imprensa apenas o que fez, o que ordenou e não mistificar, afirmando que o passaporte está a disposição de todo exilado ue pretende voltar ao Brasil.

Para refrescar vossa memória, histórico a tramitação do meu pedido:

Vivo no exílio sem passaporte brasileiro desde janeiro de 1969. No dia 2-3-77, pela primeira vez, cruzei os batentes da Embaixada para solicitar passaporte, em pedido formalizado por escrito. Nunca obtendo resposta, um ano depois voltei a Embaixada para saber notícia do meu pedido. Nessa ocasião tive o desprazer de constatar que os vossos Serviços Consulares tinham pura e simplesmente rasgado a minha solicitação, pois nenhum traço constava no Serviço de Protocolo. Formalizei outro pedido, contra recibo da vossa Embaixada. Não tendo sido honrado com nenhuma resposta por parte de V. S., em 5 de maio de 1978, através do advogado Paulo Henrique Maciel impetrei junto ao TFR Mandado de Segurança contra o ato arbitrário de V. S., negando-me passaporte brasileiro.

Esse Mandado tem o número 83914 e como relator o Ministro Oto Rocha. Conforme manda o procedimento judiciário, o TFR solicitou a V. S. informações sobre o caso. V. S. lembra qual foi sua resposta? Nos autos do meu processo consta um telex assinado por

## O MDB deve encampar a luta pelo passaporte

O ex-deputado Maurílio Ferreira Lima remeteu também a este semanário cópia de duas outras cartas. A primeira delas é endereçada ao deputado Jarbas Vasconcelos, presidente do Diretório Regional do MDB de Pernambuco. Ele diz o seguinte:

«Aproximando-se o dia 30 de dezembro de 1978, data na qual cessam os efeitos da suspensão dos meus direitos políticos, por ato arbitrário e ilegítimo do regime militar que usurpou o Poder em 1964, venho solicitar ao ilustre parlamentar e amigo a minha inscrição no Partido. Pretendendo regressar muito breve ao meu País, após um longo exílio na Argélia, desejo que a minha integração na frente interior da luta do povo brasileiro pela Democracia e pela Justiça Social se processa sob a condição de militante nas fileiras do Movimento Democrático Brasileiro, partido que tive a honra de representar no Parlamento Nacional. Nesse instante critico para os destinos nacionais, o nosso povo legitimou o MDB na quali-

dade de instrumento de conquista das liberdades democráticas na nossa Pátria. Reforçar o MDB e lutar para manter a unidade da oposição até o fim da ditadura militar, é agir de acordo com a manifestação soberana do povo brasileiro, traduzida nas votações majoritárias obtidas pelo Partido em todas as últimas eleições.»

A outra correspondência foi enviada no dia 9 de janeiro ao deputado Ulisses Guimarães, presidente nacional do MDB. Em síntese, é o seguinte o seu teor:

«Li no JB suas declarações, convidando os cassados pelo arbítrio do regime militar vigente, a ingressarem no MDB. Considero o nosso Partido, o instrumento legal do conjunto das Forças Democráticas na luta pela liberdade e Justiça Social. As suas declarações convidando as lideranças cassadas a se filiarem ao Partido, permitirão que o MDB reflita com

maior fidelidade a amplitude de sua base política. Anexo, estou enviando cópia da carta aberta dirigida ao Ministro das Relações Exteriores sobre o problema de passaporte para os companheiros que ainda permanecem no exílio. Solicitaria ao ilustre Presidente do meu Partido, que transferisse para o MDB a nossa luta pelo passaporte. É necessário que a imagem do nosso País no exterior não seja diminuída pelo fato de brasileiros ilustres como Leonel Brizola, Miguel Arrais, Francisco Julião, Luiz Carlos Prestes e tantos outros, sejam obrigados a circular com documentos estrangeiros, quando nasceram no nosso País, são cidadãos brasileiros, e com relevantes serviços prestados a nossa Pátria. É preciso frisar que até o Chile de Pinochet fornece passaporte a lideranças chilenas no exílio. Na certeza que o ilustre companheiro Presidente do meu Partido, levará em consideração minha sugestão, aceitei meu respeitoso abraço.»

## “Nociva, execrável, crapulosa, confusa, reacionária”

Quatro leitores do «Em Tempo» baixam o cacete na matéria «Nós também fomos a Cuba», publicada recentemente.

Sr. Redator:

Temos acompanhado desde o início a linha política adotada por Em Tempo — uma linha que, ressalvados alguns senões de ponto de vista ideológico, é sem dúvida coerente com os rumos que devem ser fixados pelo povo brasileiro para a obtenção de sua real e autêntica independência econômica. Em Tempo, desde o seu surgimento, colocou-se ao lado dos espoliados, dos desempregados que sofrem a ação nefasta e deletéria imposta ao Brasil e a outros povos da África e América Latina pelo imperialismo norte-americano.

Por isso, fomos surpreendidos pela publicação no número 43 da execrável, crapulosa e confusa matéria sob o título «Nós Também Fomos a Cuba», — um trabalho que bem revela o estofado pequeno-burguês de gente que, sempre

em todos os processos revolucionários, tem prejudicado e, muitas vezes, tornado ainda mais penosa a luta dos povos pela sua libertação.

A matéria é altamente nociva e reacionária porque tenta mostrar-se simpática ao processo revolucionário cubano (uma luta árdua, longa e verdadeiramente heróica que agora completou 20 anos de idade) ao mesmo tempo em que, cinicamente, contesta todos os princípios básicos da construção de uma sociedade socialista. A discussão que os autores (um grupo de quatro) reclamam são debates de nível semiológico, bem típicos dessa mentalidade existencialista que outra coisa não faz senão preocupar-se com manifestações inócuas, características de outra corrente muito em moda na França — as dos ridículos «novos filósofos» —, que recentemente chegou a ganhar

capa do Time, este baluarte da imprensa colonialista.

Nossa intenção, no entanto, não é contestar a matéria. Seus conceitos já foram simplesmente rejeitados e jogados na lata de lixo pelas consciências lúcidas. O que nos preocupa é ver Em Tempo abrindo espaço a esses textos biónicos que, em última análise, servem a todos aqueles que não desejam mudanças e que lutam contra a ascensão do trabalhador ao seu legítimo lugar na sociedade (ou será que Em Tempo acha que essa ascensão nada tem a ver com a construção do socialismo?).

Enfim, reconhecemos que Em Tempo se caracteriza pela mais ampla abertura em relação à discussão de tendências. Mas, sinceramente, não imaginávamos que pudesse avalizar conceitos de direita.

P.S. — Estranhamos a covardia dos autores (provavelmente turistas em Paris), que preferiram esconder-se sob a imoralidade do anonimato, assinando com pseudônimos um texto digno de qualquer jornal ou revista da chamada grande imprensa e capaz, ainda, de conquistar, com méritos, prêmios e honrarias em países cujos regimes se distinguem pela ojeriza de Cuba. Portanto, se os autores estão com medo pelo fato de terem ido a Cuba — uma viagem que as leis brasileiras não permitem —, eles podem identificar-se porque, ao regressarem de seus passeios, serão recebidos de braços abertos.

(Paulina Lanell, Lúzia Rodrigues, Renato Petri e Adilson Mion — SP, Capital)



## “A conjuntura mudou e a pequena burguesia não é reacionária”

O DCE-livre da USP, gestão «Liberdade e Luta», contesta uma afirmação de Vera Paiva, acerca da crise do movimento estudantil.

Liberdade e Luta, tendência reconhecida dentro do M.E. Nacional e que compõe a diretoria do DCE-livre Alexandre Vancchi Leme, da USP, sente-se na obrigação de responder à colocação que Veroca faz a determinação da altura de seu balanço: «... e não é, como dizem os companheiros de Liberdade e Luta, porque a conjuntura mudou e a pequena burguesia é reacionária mesmo», etc.» (grito nosso)

Consideramos, sem dúvida, de grande importância que se faça um balanço profundo do comportamento do movimento estudantil em 1978 pois, sem esse balanço, não se poderão traçar quaisquer perspectivas sérias de continuidade da luta para um setor social que, desde 1975, esteve na cabeça da luta contra a ditadura, só perdendo a primazia em 1978 para as poderosas mobilizações da classe operária, elemento principal da crise insolúvel que ronda o regime militar.

Notem bem, para nós o movimento estudantil esteve na cabeça da luta contra a ditadura durante três anos. Portanto, achamos impropriedade colocar na nossa boca a afirmação de que «a pequena burguesia é reacionária mesmo». Por coerência de nossas posições, nunca afirmamos semelhante absurdo.

Mas é preciso ir mais longe. Dentro do confronto político entre as diversas posições dentro do movimento estudantil, em particular na USP, essa afirmação que Veroca nos imputa já esteve na boca de diversas tendências ou, quando não na boca, nas ações. De duas formas: a direta (a pequena burguesia é reacionária mesmo) ou a contrária, que no caso vem a dar objetivamente no mesmo (a pequena burguesia é a vanguarda do movimento e de massas). O interessante é que nunca dissemos nem uma coisa nem outra, pois a pequena burguesia, em particular o movimento estudantil, não é nem reacionária nem revolucionária em si, e não lhe cabe a vanguarda histórica do movimento de massas, papel que só pode ser preenchido pela classe operária.

Se durante alguns anos o movimento estudantil esteve à frente dos demais setores, oprimidos da sociedade brasileira (por uma série de fatores, como o fato de ter mantido suas organizações elementares, os CAs, independentes), em nenhum momento chegamos a admitir que essa posição se mantenha ou que era própria ao movimento estudantil. Sempre afirmamos que o estudantado poderia ocupar um papel importante na luta contra o regime, embora ele não possa, por sua posição social, ser a direção do movimento de massas.

Isso, aliás, ficou demonstrado em 1978, quando o polo que atraiu a atenção e se constituiu numa referência obrigatória para todos os setores que se levantavam contra os golpistas de 1964 foram, sem dúvida nenhuma, as greves de maio e junho e a greve, quase geral, de mais de meio milhão de trabalhadores metalúrgicos em outubro.

E o movimento estudantil? Durante todo esse tempo, ele não deixou de existir de travar suas lutas, mas se observarmos o eixo que orientou essas lutas, veremos que ele se transferiu das lutas por anistia em 1977 às lutas por melhores condições de ensino, contra a reforma universitária, em 1978. Podemos afirmar que os estudan-

tes vão se dirigir rumo a um acerto de contas com a ditadura e com os crimes que ela perpetrou contra as universidades e o ensino em geral: a elitização, os ataques ao ensino público e gratuito, a repressão que atingiu professores e estudantes, a queda vertiginosa do nível de ensino, etc... A partir desse balanço, que não pretendemos desenvolver aqui, é possível traçar perspectivas para a maneira mais rápida e eficiente desse acerto de contas ocorrer, frustrando os planos criminosos da burguesia em relação a uma conquista internacional das massas: o direito ao ensino.

E surge a questão: quem persegue os objetivos citados acima, de luta contra a reforma universitária, contra a burocratização das universidades, contra o 477 e similares, poderia ser qualificado de «reacionário»? De forma alguma. O movimento estudantil ainda tem um papel a cumprir, diríamos mesmo um papel revolucionário, dependendo para isso apenas que se coloque dentro da perspectiva da classe operária, de transformação radical (palavra que merece ser frisada) de toda sociedade.

Levando em conta essas considerações, fica ainda mais estranha a imputação que nos faz Veroca. Ainda mais que uma parte dela, tomada isoladamente, é verdadeira («a conjuntura mudou») mas, como nunca afirmamos a segunda parte da imputação («a pequena burguesia é reacionária mesmo») só podemos pensar que a primeira parte, irrefutável, ali está apenas para dar credibilidade à segunda, falsa de fio à pavo.

Quanto ao restante do artigo, temos várias discordâncias que, contudo, perdem boa parte de sua importância devido à gravidade da acusação sem fundamento que nos foi feita por Veroca. Ainda assim, há duas outras questões que merecem ser abordadas. Primeiro, Veroca considera muito importante que tenha havido «algumas discussões que a gente vem realizando em torno da reconstrução da UNE». É a isso que ela reduz o fato de o IV Encontro Nacional dos Estudantes, contra a vontade de Refazendo e de outras posições, e aprovando a proposta que Liberdade e Luta encaminhou, ter decidido a reconstrução da UNE, num Congresso Nacional Estudantil que deverá ser realizado em maio deste ano del 1979, em Salvador. Terá sido um simples lapso ou deliberada má fé? Mesmo que o IV ENE tivesse aprovado a proposta de Refazendo (Congresso para o 2º semestre, proposta vencida), seria fazer pouco caso da própria proposta, muito superior a «algumas discussões», que aliás são travadas desde que a UNE foi destruída. Há dez anos. Conclamamos Veroca a se unir àqueles que defendem a realização do Congresso que reconstruirá a UNE, na data aprovada no IV ENE.

Segundo, a reconstrução da UEE-SP, ao contrário do que Veroca diz de passagem, ocorreu em agosto, de 1977, e não durante o ano de 1978. Em 1978 ocorreram, isso sim, as eleições para a primeira diretoria da UEE.

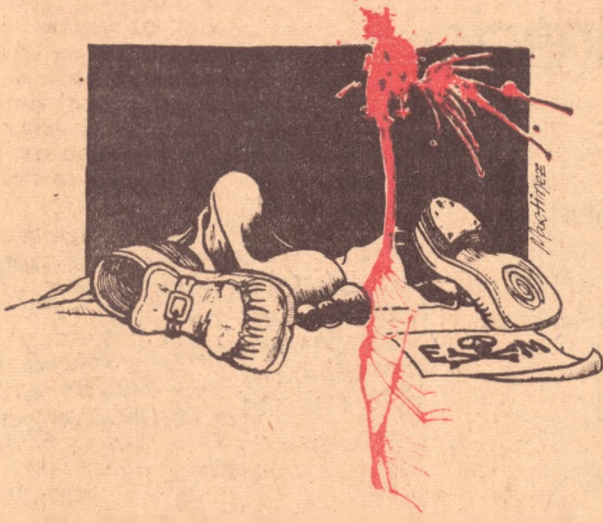
São Paulo, 18 de janeiro de 1979  
Sandáguas da Diretoria do DCE-USP: Ricardo P. Mello, Josimar M. Mello, M. Valéria Coelho da Paz, Caio Magri, Sônia Spiguel, Ricardo Silva, Carlos Gordon e Marco Antônio Tabet



# Esquadrão da Morte ataca na Paraíba

«Esta é a realidade: o sistema gera miséria, a miséria gera criminalidade, a criminalidade suscita uma repressão que ultrapassa toda medida».

Por Elias Maciel e Jorge Baptista.



**E**ntrei na cela e vi o corpo nu estirado no chão, todo ensanguentado. Assassinaram-no ali mesmo dentro do cárcere naquela madrugada. Foram doze tiros de alto calibre, dos quais pelo menos seis alvejaram o prisioneiro. Antes, ele havia sido espancado e torturado, conforme pôde constatar o padre Luiz, vigário de Alagoinha.

O relato é do Bispo-Auxiliar da Paraíba, D. Marcelo Carvalheira, referindo-se à morte de José Gomes da Silva, no último dia 3 de janeiro, na Delegacia de Polícia de Alagoinha, Paraíba.

«Fatos semelhantes têm ocorrido frequentemente em vários pontos deste Estado, desde Cabedelo (no litoral) até Cajazeiras (no agreste paraibano), caracterizando uma impressionante escalada de violência que se desenvolve sob cobertura parapolicial, numa prova concreta de que aqui também existe um Esquadrão da Morte» — afirma, categórico, D. Marcelo.

De fato, os acontecimentos mais marcantes da crônica policial da Paraíba em 1978, os «crimes que mais abalaram a população paraibana» — segundo levantamento do semanário O Momento, de João Pessoa — são todos eles cruéis assassinatos que fazem supor a participação ativa da própria polícia sob a vista grossa das autoridades.

E a única explicação dada pelos órgãos de segurança é de que «tais crimes não foram ainda desvendados». Enquanto isso, os responsáveis diretos e indiretos pela escalada se mantêm impunes.

**As vítimas foram retalhadas antes de morrer. Os algozes mutilaram seus dedos, seus braços, pernas e sexos.**

No decorrer do ano passado, três fatos policiais — entre outros — ficaram famosos na Paraíba: O Massacre de Caaporá, O Crime do Timbó e As Mortes de Mumbaba. Nenhum destes casos foi até agora oficialmente desvendado, mas qualquer leigo na matéria poderá detectar a enorme semelhança, não por mera coincidência, entre seus lances e as ações dos Esquadrões da Morte em São Paulo ou na Baixada.

**O Massacre de Caaporá** — No dia 30 de outubro foram encontrados numa fazenda do município de Caaporá, no agreste paraibano, seis cadáveres já em adiantado estado de decomposição. O caso foi noticiado inclusive pela BBC de Londres, em detalhes. Os mortos foram identificados como sendo conhecidos marginais procurados em Pernambuco e na Paraíba. Na região, houve grande indignação popular ante o massacre, sobretudo depois que se soube que os mortos eram jovens de 18 a 25 anos, todos filhos de trabalhadores rurais.

**O Crime de Timbó** — Dias depois, a 20 de novembro, outra cena de violência viria provocar estardalhaço na população ainda abalada pelo episódio de Caaporá. Mais dois corpos foram localizados semi-enterrados no sítio de Timbó, perto da Praia da Penha. «A diferença consistia apenas no requinte mais acentuado de crueldade como os assassinos os eliminaram: segundo apurou a perícia, as vítimas foram retalhadas antes de morrer: os seus algozes mutilaram seus dedos, braços, pernas e sexos» (O Momento, 31/12/78, pág. 12). Novamente, constatou-se que as vítimas eram registradas como marginais e ex-presidiários.

**As Mortes de Mumbaba** — Francisco Pedro da Silva (Cabo Chiquinho) e Arnaldo Antonio Santana, ex-soldados que deixaram a farda para assumir a sina de pistoleiros profissionais por conta própria, acabaram se desentendendo com seus ex-colegas policiais. No dia 21 de junho, foram então surpreendidos e assassinados numa emboscada na localidade de Mumbaba. O caso passou a ser também conhecido por «Operação Queimado-Arquivo», pois os dois sabiam demais e muito poderiam revelar sobre suas empreitadas, envolvendo seus mandantes e seus ex-colegas de trabalho. Logo, para a polícia, eles precisavam «calar o bico».



**D. Marcelo Carvalheira, Bispo-Auxiliar da Paraíba, deslocou-se da sede de sua diocese — em Guarabira — viajando até João Pessoa, no último dia 4, a fim de denunciar tudo o que viu na Delegacia de Polícia de Alagoinha.**

Aqui, em depoimento exclusivo ao EM TEMPO, o Bispo-Auxiliar analisa as causas e consequências do caso de Alagoinha:

«Episódios como esse de Alagoinha, permitem constatar o resultado do modelo econômico, político e social vigente, que marginaliza a maior parte da população. Em nossa região, encontramos frequentemente jovens e adultos que não conseguindo na zona rural um trabalho digno para sobreviver — muitas vezes porque são despejados das propriedades onde são obrigados a vir vegetar sem emprego na periferia das cidades.

O caso de José Gomes da Silva, cidadão casado, cerca de 35 anos, e assassinado na prisão da Delegacia de Polícia de Alagoinha, sugere uma análise através da qual se poderá ver claramente os efeitos da situação de marginalização do povo. José fazia parte do grupo de pessoas que, não tendo como sobreviver, envereda pelo caminho do roubo e mesmo do homicídio. Isto é terrível, mas não é simples!

José havia cometido o homicídio de um soldado na véspera de Natal. Que lhe aconteceu então? Foi preso e muito torturado. A própria juíza da cidade, no dia de sua prisão, dirigiu-se ao delegado local e chamou atenção pelo que viesse a acontecer com o preso dentro do cárcere, chamou atenção dos policiais antecipadamente.

No entanto, o pior de fato ocorreu. Na noite do dia 3, entre 23 e 24 horas, José Gomes da Silva foi abatido dentro de sua cela e ali — entre as quatro paredes — foram encontradas 12 balas de arma calibre 38, seis das quais atingiram seu corpo:

Além de caracterizar o tipo de ação que tem ocorrido na Paraíba. Eu diria: que tem ocorrido no País inteiro. Fatos como esse têm sido registrados com uma frequência impressionante. Isto é, pessoas que procuram praticar uma forma de suposta justiça por conta própria, tendo cobertura parapolicial para executar tais atos.

## O papel da polícia

No caso mencionado, ninguém de bom senso irá duvidar que não tenha havido responsabilidade, ao menos por omissão, por parte da polícia de Alagoinha. Se o preso estava nas mãos da polícia, na prisão, era obrigação da polícia protegê-lo, tratá-lo como gente, introduzi-lo na fase judicial de modo correto.

Pois bem. Que houve? Como foi possível alguém entrar na cela de José Gomes e baleá-lo? Que diz a polícia? A explicação que eles têm é esta: dizem que o soldado que fazia guarda na cadeia naquela noite havia se ausentado no momento, e então apareceram ali pessoas desconhecidas que arrombaram a porta da cadeia, abriram a janela da cela da vítima e através da grande alvejaram o rapaz!

Estive lá na cadeia para observar tudo de perto. Os soldados, inclusive o cabo, procuraram se isentar de qualquer culpa. O soldado que deveria estar de plantão naquela noite do assassinato disse simplesmente que, na hora do tiroteio, estava no centro da cidade, pois — diz ele — havia sido

chamado para atender um problema.

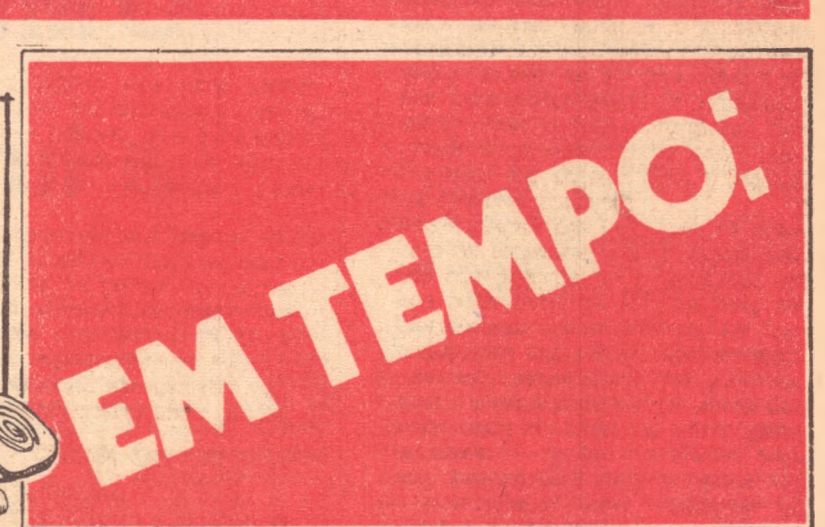
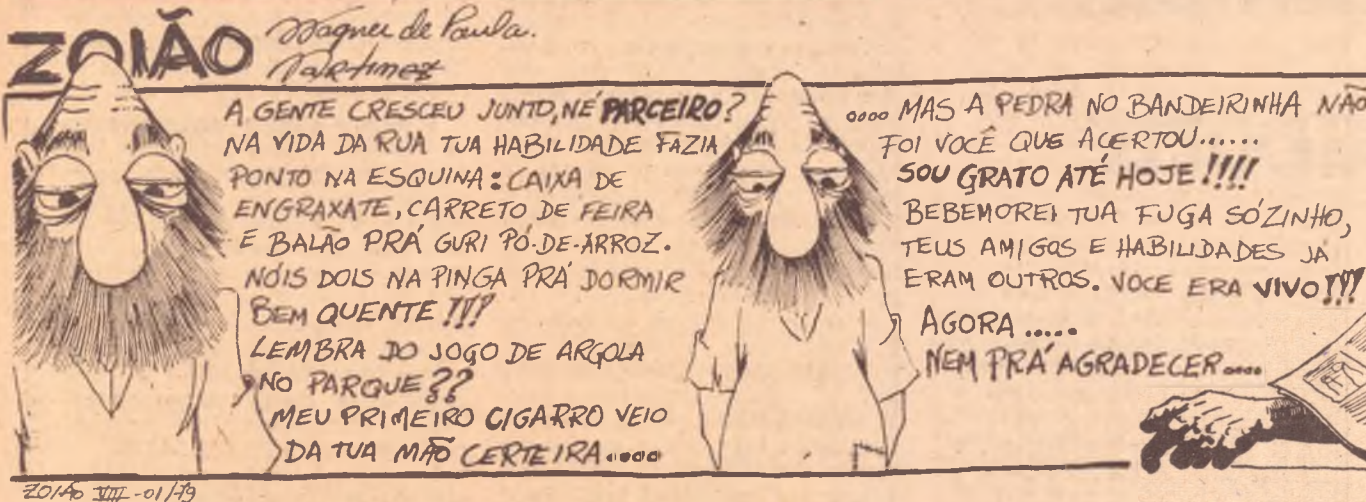
Tal fato, por si mesmo, fala de maneira tão gritante que nenhum de nós — que não seja ingênuo — poderá deixar de levantar suspeitas quanto ao papel da polícia. Evidentemente, não podemos apontar quem foi o assassino ou quais foram os assassinos de José Gomes da Silva. Mas o fato sugere gravíssimas suspeitas quanto ao sistema policial repressivo. Suspeitas, sobretudo, frente a tendência generalizada aqui na Paraíba e também em todo Brasil.

Eles, os Esquadrões da Morte, se multiplicam não apenas nos Estados do Sul, mas pelo País afora. Esta é a realidade: o sistema gera miséria, a miséria gera criminalidade, a criminalidade suscita uma repressão que ultrapassa toda medida e que procura fazer uma suposta justiça pelas próprias mãos! Pra onde vamos?

Hoje mesmo, uma autoridade da área judicial aqui em João Pessoa me afirmava: — É preciso apagar tudo para começar tudo de novo. Quer dizer: há tanta coisa básica errada que fatos repressivos deste tipo levantam questões de maior gravidade, questões fundamentais. Os erros estão na própria organização da vida nacional, na não possibilidade de participação do povo na sociedade, enfim, existe toda uma estrutura que determina as atitudes e comportamentos.

Temos que refletir sobre a própria dignidade da vida humana numa hora dessas; pois o povo trabalhador não tem oportunidade sequer de sobreviver. Assim, através de um fato como o de Alagoinha, nós precisamos pensar mais longe, refletir, analisar a sociedade brasileira como ela é, como ela está. Analisar o modelo político, o modelo econômico-social em que vivemos, fazer a interpretação disso tudo — do contexto.

Não podemos ficar só na casca dos acontecimentos, achando, talvez, que até se trata de algo razoável essa atitude de alguém ou de algum grupo que elimina um marginal preso, essa atitude de Esquadrão da Morte».



## ANISTIA

# A luta no exílio

Entrevista a Flávio Andrade

Ruth Escobar, atriz de teatro e membro da coordenação do CBA de São Paulo, recém-chegada do exterior, conta aqui as últimas do exílio. Na primeira quinzena de abril será realizada em Roma uma Conferência Internacional pela Anistia no Brasil. Ao mesmo tempo os brasileiros lá fora discutem como responder às investidas do regime no campo da anistia e relatam seus dramas depois de quinze anos de exílio.

— Neste momento em que o regime começa a ceder na questão da anistia, revogando o banimento e lançando balde de ensaio sobre uma eventual anistia parcial, qual o clima lá fora entre os exilados?

— Eu estava com o Flávio Tavares em Lisboa quando chegou a notícia de que o governo brasileiro havia «banido» o banimento. Nesta mesma noite, ele e muitos outros exilados receberam vários telefonemas eufóricos do Brasil sugerindo que eles deveriam começar a preparar a volta. Mas, em seguida o STM deu declarações de que o tempo de banimento não contava para a pena a que estavam condenados. Com isto o otimismo inicial se arrefoçou muito.

### Voltar em massa?

— Como se encontra hoje a questão da volta coletiva dos exilados, criando com isto um fato político diante da vacilação do regime?

— Existe uma tendência geral de que cada um tem o direito de decidir sobre o momento propício de sua volta porque cada caso é muito diferente, inclusive por questões não só políticas como também pessoais e psicológicas. Então no momento, a ideia da volta conjunta está afastada.

— Entre outras razões você foi à Europa para estudar a possibilidade de uma Conferência Internacional pela Anistia no Brasil. O que você traz de notícia nesta questão?

— De fato, muita coisa. Inclusive esta questão da volta conjunta pode ser retomada na Confe-

rência. A ideia desta Conferência foi levantada inicialmente pelo Lélcio Basso quando do Congresso Nacional do ano passado aqui em São Paulo. Em seguida o CBA discutiu a proposta e achou interessante levar adiante as negociações a fim de se ter maiores dados. Mas com a morte de Lélcio ficamos bastante em dúvida quanto às possibilidades concretas de sua realização. A minha viagem teve um sentido de sondagem em relação ao problema. E para meu espanto quando cheguei em Paris, o pessoal do CBA de lá já estava pensando, sem saber da ideia surgida aqui no Congresso, em organizar um encontro internacional pela anistia na Europa. Então a ideia somou.

### A solidariedade internacional

— Mas concretamente qual o apoio que se tem para esta iniciativa?

— Em Portugal foi muito bem aceita. O Mário Soares ofereceu Portugal para ser o país sede da Conferência, onde o Partido Socialista assumiria uma parte da infra-estrutura para sua realização. Já na Itália encontrei um grande apoio por parte dos partidos Comunista, Socialista e Democrata Cristiano de vários setores da Igreja e das grandes centrais sindicais. Além disto há na Itália um clima muito propício e um grande interesse pelo tema da anistia no Brasil.

— Já há uma definição pelo local?

— Uma vez aceita a ideia da Conferência, a questão do local deve ter sido decidida agora em Paris, a partir de uma reunião entre os vários



CBAs da Europa. Eu creio que a decisão deve ter sido por Roma, pois antes da minha partida esta era a posição do pessoal de Portugal, Itália e Suécia, alegando a importância da proximidade do Vaticano e do apoio de setores da Igreja.

— E para quando esta Conferência?

— Antes ou depois da posse de Figueiredo era a discussão. Por várias razões achou-se mais viável que ela se realizasse depois. Primeiro, por uma questão de tempo. Era quase impossível que se conseguisse articular tudo até final de fevereiro. Em segundo lugar porque todos os generais presidentes fazem discursos de posse estríonios, o que poderia esvaziar o impacto da Conferência. E finalmente a realização posterior ganha um sentido adicional de cobrança e pressão sobre as promessas de início de governo. Assim, em princípio a data ficou entre 15 e 20 de abril.

### Cobrar Figueiredo

— Como serão os encaminhamentos para a realização da Conferência?

— Na medida em que ela vier a ser patrocinada pelo Tribunal Russel e por uma coligação de partidos europeus, estes partidos, em contacto com uma comissão nomeada pelos CBAs da Europa, definiriam a direção política da Conferência e os convites que deveriam ser feitos a todos os partidos e centrais sindicais da Europa e América Latina. E no Brasil, a Executiva Nacional do CBA terá que se definir em relação à Conferência e Decidir quais setores da sociedade serão convidados a participar.

— Neste momento de investida do regime no campo da anistia, como os exilados se situam diante do caráter amplo, geral e irrestrito da bandeira?

— A posição não se alterou. Não há posição de mediação, no sentido de se aceitar como satisfatória a anistia que está sendo estudada pelo governo. Há plena clareza da intenção do governo em esvaziar a luta, e a partir daí todos estão de acordo em reforçar as demais bandeiras que vêm dentro da luta pela anistia tais como o direito de greve, a plena liberdade partidária etc.

### A Anistia tem que ser total

— Num momento destes, como está o ânimo do pessoal acusado de participação em ações armadas contra a ditadura, diante da eventualidade de um isolamento a partir de uma anistia parcial do regime?

— Existe este re... E a meu ver ele se soma também à autocrítica que tais setores fazem hoje sobre a sua experiência passada. Mas o clima geral é de uma grande solidariedade e uma preocupação sobre o que fazer diante desta eventualidade. Além disto, há uma grande preocupação no exterior no sentido de estar se dando uma importância exagerada aos exilados, na luta pela anistia, quando o problema fundamental é dos que se encontram presos aqui dentro. Estes sim, estão em condições muito piores do que os piores no exílio.

### Brizola volta em abril

— Você esteve com Brizola e Arraes. Quando eles voltam?

— Brizola está disposto a voltar a qualquer preço; são palavras textuais dele: «até abril». No entanto qualquer mudança, aqui pode fazer com que ele volte antes. Este é o limite que ele mesmo se deu. Já Arraes me disse que só voltará ao Brasil pelas mãos do povo. Eu acho isto muito bonito, mas me parece que até lá vamos ter uma grande caminhada pela frente. Ou talvez, brincando, quem sabe o Brizola voltando em abril, ele proporcione que o povo dê as mãos para o Arraes voltar...

— E a declaração de porta vozes do governo no sentido dos oito «personagem gratas» — Brizola, Arraes, Julião, Márcio Moreira Alves, Paulo Schilling, Prestes, Paulo Freire e Gregório Bezerra — como repercutiu lá fora?

— Entre os exilados isto sou mais como uma manobra do governo, porque dá a impressão de que na medida em que os oito não podem voltar, então os outros 110 banidos poderão. E isto é mais uma malandragem porque qualquer um dos oito teria muito mais cobertura nma volta do que um anônimo jovem banido. Ou seja, o governo tenta fazer com que os oito sejam o limite da sua tolerância na questão da anistia, assim tentando simplesmente ignorar o grande número de casos que estão além dos oito.

### Um drama interminável

— Finalmente, como você descreveria o clima no exílio, para muitos num momento meio de final de martírio?

— Dramático. De um lado se cria um clima de euforia em cima da ideia de uma volta imediata mas sem dados concretos para tal. E psicologicamente isto é mal, porque ganha corpo a ideia de voltar a qualquer preço. Muitos deles me disseram que só aguardam até julho. Outros já começam até mesmo a adquirir eletrodomésticos com volttagem adaptável ao Brasil. Já há um ano que a ideia da volta ganha corpo. E esta situação se prolongar é algo terrivelmente dramático.